

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**PLANTAS MEDICINAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL:
DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS E DA AÇÃO SOCIAL**

Porto Alegre

2018

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**PLANTAS MEDICINAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL:
DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS E DA AÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Flávia Charão-Marques.

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Tamara Raísa Bubanz
Plantas medicinais no Noroeste do Rio Grande do
Sul : desdobramentos das práticas e da ação social /
Tamara Raísa Bubanz Silva. -- 2018.
99 f.
Orientadora: Flávia Charão-Marques.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política local. 2. Plantas medicinais. 3. Ação
social. 4. Mulheres rurais. I. Charão-Marques,
Flávia, orient. II. Título.

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**PLANTAS MEDICINAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL:
DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS E DA AÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Flávia Charão-Marques
UFRGS

Dra. Agda Regina Yatsuda Ikuta
SDR/RS

Profa. Dra. Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
UFRGS

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
UFRGS

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas que sou grata e que me ajudaram na construção deste trabalho que a tarefa se tornou difícil e, ao mesmo tempo, emocionante, pois, assim como a construção do conhecimento e das experiências em plantas medicinais, esse trabalho, remete-se a um processo coletivo.

Primeiramente quero agradecer à família de Santa Rosa e Porto Alegre pelo apoio e incentivo ao longo de minha trajetória acadêmica. Minha motivação e esforços são sempre pensando em vocês, obrigada. Aos meus pais e irmão por acreditarem em um futuro melhor e aguentarem a saudade gerada pela distância. À minha mãe que foi, por vezes, motorista nas andanças em diversas estradas de terra vermelha.

Ao projeto ‘Mulheres e Biodiversidade’ por me proporcionar a descoberta deste estudo, sem ele teria traçado outros caminhos. Mesmo sendo nativa, a descoberta de novas experiências na região onde nasci e cresci proporcionaram outros olhares e reflexões do local.

Ao PLAGEDER, que abriu a porteira do Desenvolvimento Rural e despertou em mim o interesse em seguir estudando, minha gratidão aos colegas, tutores, professores, funcionários do polo de Três de Maio.

Ao grupo de pesquisa, especialmente à Flávia, Judit e Sofia pela parceria, pela escuta, conselhos, vivências, trocas e somas.

À turma do PGDR 2014, especialmente aos colegas do mestrado, que proporcionaram a descoberta de lugares, países e comidas através das pessoas. Pelo cotidiano, pelos chimarrões, bananas em passas, tapiocas, chás, churrasco de carne e vegetais, sorrisos e sotaques diferentes. Não quero mencionar nomes, pois todos e todas me tocaram e deixaram a marca de suas vivências em mim.

À Neida pela atenção e informações, sua luta não é em vão, pois o trabalho e dedicação ao longo dos anos fizeram com que o Fórum pela Vida se tornasse reconhecido. Também a Ivânia, Vanessa, Lizete, Jorge e demais extensionistas pelas informações.

Às mulheres da Saúde Alternativa, Clair, Marlene e Janaina gratidão pela acolhida. Ao STR de Santo Cristo, especialmente à Genoveva, Ancila, Jacinta, Paulo, Inês, Vitorino e Maria de Lourdes, e ao Padre Danilo.

Aos amigos que proporcionaram afeto, diversão, caronas, almoços, jantares, conselhos e aqueles momentos destinados para relaxar.

À minha orientadora Flávia Charão Marques, a qual tenho como exemplo de ser humano e profissional, obrigada pelo apoio e contribuições.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que investiu em mim e viabilizou a realização do mestrado.

À rede do PGDR, aos colegas, professores e funcionários que se dedicam para construir uma instituição de qualidade.

A tudo aquilo que permeou esse estudo, as plantas, paisagens, estradas, animais, ar do interior, chás, reza, cura, fé e elementos que não são visíveis.

Gracias!

Eu não levo nos arquivos,
Desta farmácia campeira,
Arrogância curandeira
Nem ganas de saber tudo
É apenas simples estudo
Da Medicina Campeira!

É aquilo que a gente aprende
Do xirú velho e da china
Que aos manotaços da sina
Cruzaram pela existência
E traçaram a experiência
De tudo que a vida ensina!

É por demais conhecida
A farmácia campeira!
Ora grosseira, ora fina,
Mesmo rude, é cousa nossa,
E há quem diga que faz moosa
Nos tratos da Medicina!

O PAU FERRO é bom pro sangue;
Pra o estômago a MARCELA
Pra cuidar o coração
Tome no mate o GERVÃO
E a MAMICA DE CADELA!

A folha do CAMBARÁ
Pra o catarro e a bronquite
É um pialo – Não é palpíte!
De verdade se termina,
E um chá forte de TRÊS QUINA
Derruba qualquer colite!

Para a tal de coqueluche
Esta doencita atrevida
Chamada tosse-comprida
Que ataca mesmo sem trégua
Dê à criança LEITE DE ÉGUA
Que fica boa em seguida!

Pra bexiga, o ARAÇÁ
Isso é de hoje pra amanhã
Deixa uma pessoa sã
Como melhor nunca se viu
E pra curar um xurriu
Chá de CASCA DE ROMÃ!

(Trecho do poema Farmácia Campeira de Jayme Caetano Braun)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar as dinâmicas dos atores sociais relacionadas à temática das plantas medicinais no contexto da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. O trabalho buscou seguir as práticas sociais visando resgatar e analisar a trajetória do Fórum pela Vida, identificar práticas enraizadas localmente de trabalho com plantas medicinais e analisar em profundidade a experiência da farmacinha Saúde Alternativa em Santo Cristo/RS. O Fórum pela Vida foi criado no final da década de 1990, no Rio Grande do Sul, mobilizando grande contingente de pessoas interessadas ou envolvidas com as temáticas das plantas medicinais, saúde, produção de medicamentos, políticas públicas, proteção da biodiversidade. Após um processo desmobilizador em nível estadual, o único Fórum que continuou atuando foi o da Região Noroeste. Para analisar tais processos, a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) foi utilizada. Para este fim o trabalho inicialmente apresenta o local do estudo e introduz a discussão sobre o desenvolvimento e a batalha de conhecimentos. Para em seguida, analisar a trajetória do Fórum pela Vida enquanto organização estadual e local, apresentando a transversalidade de temas, interfaces de conhecimentos que perpassam os fóruns. Na última parte do trabalho analisa a farmacinha Saúde Alternativa identificando quais eram as problemáticas cotidianas que fomentaram a organização das mulheres, trazendo a discussão sobre a saúde como tema transversal. Ao abordar a ação social e a luta pelo resgate do conhecimento sobre as plantas medicinais, evidenciou-se como os diferentes projetos de desenvolvimento afetam o cotidiano dos indivíduos e, como os mesmos encontram saídas e mobilizam manobras.

Palavras-chave: Política local. Plantas medicinais. Ação social. Mulheres rurais.

ABSTRACT

This study aims to identify the dynamics of social actors related to the theme of medicinal plants in the context of the Northwest Region of Rio Grande do Sul. The study sought to follow the social practices in order to retrieve and analyze the trajectory of the Forum for Life, identify locally rooted practices working with medicinal plants and analyze in depth the experience of farmacinha Alternative Health in Santo Cristo / RS. The Forum for Life was created in the late 1990s, in Rio Grande do Sul, mobilizing large numbers of people interested or involved with the theme of medicinal plants, health, medicine production, public policy, protection of biodiversity. After a demobilizing process at the state level, the only forum that continued acting was the Northwest Region. To analyze these processes, Oriented Perspective to Actors (POA) was used. To this end the work initially presents the study site and introduces the discussion on the development and battle skills. To then analyze the trajectory of the Forum for Life as state and local organization, with the crosscutting issues, knowledge interfaces that run through the forums. In the last part of the paper analyzes the farmacinha Health Alternative identifying what were the everyday problems that fomented the organization of women, bringing the discussion on health as a crosscutting theme. In addressing the social action and the fight for the rescue of knowledge about medicinal plants, it became clear how different development projects affecting the daily lives of individuals and how they find ways out and mobilize maneuvers.

Keywords: Local policy. Medicinal plants. Social action. Rural women.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1 | Projeto Plantas Vivas: logotipo do evento | 41 |
| Figura 2 | Participação do FPV Fronteira Noroeste no Seminário Estadual do Projeto Plantas Vivas, Porto Alegre, 2003 | 44 |
| Figura 3 | Fórum pela Vida Fronteira Noroeste, Porto Mauá, 2013 | 53 |
| Figura 4 | Representação gráfica das organizações participantes do Projeto Plantas Vivas e do Fórum pela Vida | 54 |
| Figura 5 | Fórum pela Vida Missões, Caibaté, 2013 | 55 |
| Figura 6 | Distribuição de mudas e oficina de plantas medicinais, Porto Mauá, 2013 | 60 |
| Figura 7 | Vista dos cultivos de plantas medicinais na propriedade rural da Rosane, esquerda, e do relógio do corpo humano na Escola Municipal Princesa Isabel, direita, Santa Rosa, abril, 2015 | 64 |
| Figura 8 | Sede STR de Santo Cristo, 2015 | 66 |
| Figura 9 | Celebração Dia Internacional da Mulher, Linha Dona Belinha, Santo Cristo, 2015 | 67 |
| Figura 10 | Vista externa do Programa Saúde Alternativa, Santo Cristo, abril, 2015 | 72 |
| Figura 11 | Quadro de Jesus Cristo representando o elemento religioso, Santo Cristo, junho, 2015 | 72 |
| Figura 12 | Vista da parede com os certificados dos cursos, Santo Cristo, maio, 2015 | 78 |
| Figura 13 | Remédios naturais da farmacinha, Santo Cristo, junho, 2015 | 80 |
| Figura 14 | Processo de colheita, corte, secagem e armazenamento de plantas medicinais. Santo Cristo, junho, 2015 | 81 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| ABRASP | Associação Brasileira de Saúde Popular |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| ASCAR/EMATER | Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ASTRF | Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços |
| COOPASC | Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo |
| COOPERLUZ | Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste |
| COREDE | Conselho Regional de Desenvolvimento |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul |
| FIDA | Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura |
| FPV | Fórum pela Vida |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MMTS | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PGDR | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural |
| PIPMMF | Política Intersetorial de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos |
| PLAGEDER | Curso superior em desenvolvimento rural |
| PLAMSUR | Programa de Plantas Medicinais do Mercosul |
| POA | Perspectiva Orientada aos Atores |
| REDE FITO | Rede de Implementação da Cadeia Produtiva de Fitoterápicos |
| RTPB | Reunião Técnica sobre Plantas Bioativas |
| SDR | Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo |
| SEMA | Secretaria Estadual de Meio Ambiente |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | O CAMPO, O ENVOLVIMENTO: DANDO INÍCIO À DISSERTAÇÃO..... | 12 |
| 1.1 | CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO..... | 13 |
| 1.2 | PROBLEMATIZANDO..... | 17 |
| 1.3 | AS QUESTÕES E OS OBJETIVOS..... | 22 |
| 1.4 | CAMINHO METODOLÓGICO..... | 23 |
| 1.5 | ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO..... | 28 |
| 2 | DESENVOLVIMENTO, CONHECIMENTO E OS ATORES: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS | 28 |
| 2.1 | A FORÇA DA MODERNIZAÇÃO NA GERAÇÃO DE HETEROGENEIDADES | 30 |
| 2.2 | CONHECIMENTOS EM INTERFACE: DESCONTINUIDADES E NEGOCIAÇÃO | 32 |
| 2.3 | PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES, A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS | 34 |
| 3 | FÓRUM PELA VIDA: UMA CONSTRUÇÃO A MUITAS MÃOS | 39 |
| 3.1 | PROJETO PLANTAS VIVAS: UMA AÇÃO ESTADUAL | 39 |
| 3.2 | O FÓRUM PELA VIDANA REGIÃO NOROESTE | 51 |
| 3.3 | TRANSVERSALIDADE DE TEMAS, INTERFACES DE CONHECIMENTOS...57 | |
| 4 | AS MULHERES E AS PLANTAS: NASCE O PROGRAMA SAÚDE ALTERNATIVA..... | 63 |
| 4.1 | O PROBLEMA ERA SEMPRE A SAÚDE..... | 65 |
| 4.2 | ALTERNATIVA PARA QUEM QUER VIVER DE UMA FORMA DIFERENTE, MAIS NATURAL | 74 |
| 4.3 | SE AS MULHERES NÃO PUXAM ESSE DEBATE OS HOMENS NÃO VÃO PUXAR..... | 83 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| | REFERÊNCIAS..... | 90 |
| | APÊNCIDE A - PESSOAS QUE COLABORARAM COM A PESQUISA DE CAMPO, LOCAL E MÊS DAS ENTREVISTAS. | 98 |
| | APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO | 99 |

1 O CAMPO, O ENVOLVIMENTO: DANDO INÍCIO À DISSERTAÇÃO

De certa forma, a pesquisa que dá origem a esta dissertação nasceu em meados de novembro de 2014, quando participei da 8ª Reunião Técnica sobre Plantas Bioativas (RTPB), que ocorreu, em Porto Alegre, nas dependências da Superintendência do Ministério da Agricultura. Fazia parte da programação do evento a apresentação de experiências com ‘plantas bioativas’¹ no Rio Grande do Sul (RS), uma delas era o Fórum pela Vida. Naquela ocasião, inicia o contato com as extensionistas da Emater² que viriam facilitar a entrada a campo mais tarde.

No entanto, a trajetória da pesquisa foi influenciada por processos anteriores. O primeiro se refere ao fato de a Região Noroeste do RS é minha terra natal. E um segundo é minha caminhada acadêmica que começa com o curso de Tecnologia em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), realizado junto ao Polo de Três de Maio/RS, ou seja, na região justamente onde o Fórum pela Vida ‘de Santa Rosa’ existe há 14 anos. Esta inserção, por um lado, facilitou aproximação das pessoas que contribuíram com o trabalho, já que conhecer as dinâmicas, os costumes e, até, a linguagem acaba por criar boas condições para a pesquisa. Por outro, fui surpreendida pela possibilidade de dar ‘outro’ olhar para paisagens, a cultura e os processos sociais que, aparentemente, eu já conhecia, soma-se a isto o fato de que, depois de estar cinco anos vivendo em Porto Alegre, eu já não era reconhecida com ‘desta terra’. Está ‘estranheza’ foi importante para me deixar afetar pelo campo. O sentido, aqui, do afetar-se é o mesmo de Goldman (2006), quando explica que determinado fato atinge as pessoas de maneira diferente (pesquisador ou pesquisado), sendo que o processo de imersão no local estudado, a leitura das notas e do diário de campo, posteriormente, fazem com que sejamos afetados novamente.

¹ Plantas bioativas, como proposto pela reunião, é um termo que pretende ser mais abrangente que ‘plantas medicinais’, na medida em que incorpora a noção de uso de recursos vegetais também como alimento funcional, como insumo para agricultura, bioremediação, apenas para citar alguns. As plantas medicinais, em geral, são reconhecidas pelo uso em processos de prevenção, cura e recuperação da saúde por conterem princípios ativos reconhecíveis popular e/ou cientificamente. Sem negligenciar tais relações objetivas, nesta dissertação, o termo se refere a uma temática ampla, representando um eixo para a análise.

² ASCAR/EMATER trata-se da entidade prestadora de serviços em extensão rural, conta com uma estrutura organizada em todo o RS e, nos municípios, funciona conveniada com as prefeituras.

Já no mestrado, me incorporei ao projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil³”, que estava constituído por uma equipe multidisciplinar. Soma-se a isto a formação acadêmica que vinha sendo aprofundada com o curso de mestrado. Este contexto faz com que as indagações (ou inseguranças) sobre minha formação acadêmica multidisciplinar, também acabassem por ser afetadas, especialmente quando os espaços para uma reflexão crítica foram se abrindo, e o mundo acadêmico saindo de determinadas ‘caixinhas’ do saber. Então, mesmo que a ciência (clássica) priorize a purificação dos saberes, estabelecendo nela o estatuto de verdade, aos poucos, outras possibilidades foram se abrindo, inclusive, a de questionar algumas destas ‘verdades’. A formação multidisciplinar foi fazendo cada vez mais sentido e mostrando seu potencial. Assim, a visão sobre a ciência e o próprio desenvolvimento foram se transformando, e as perspectivas deterministas e lineares sobre as mudanças sociais se desfazendo. Neste sentido, a dissertação que ora introduzo é parte deste ‘experimento’ de revisitar mundos conhecidos com outro olhar, com o intuito de contribuir com o debate sobre o desenvolvimento, o rural e as múltiplas possibilidades de transformação que emergem das combinações e arranjos de práticas, conhecimentos e, neste caso, do uso das plantas medicinais.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

A região noroeste é marcada por um passado de intensa presença de indígenas, que, posteriormente, viriam a disputar o território com a imigração. Isto porque, com a criação das colônias, passou haver o povoamento por imigrantes principalmente alemães, também russos, italianos, poloneses dentre outros (BERNARDES, 1997). Neste sentido, a trajetória do desenvolvimento na região noroeste é marcada, também, por diferentes ciclos de transformação que provocaram profundas mudanças, principalmente na configuração territorial. Inicialmente, as terras habitadas por povos nativos, eram férteis e praticamente inexploradas, até as primeiras tentativas de ocupação conduzidas pelos jesuítas portugueses e depois espanhóis. Este processo é conhecido como a experiência missioneira, primeiro

³ Projeto que contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA - Nº 32/2012.

ciclo de desenvolvimento, que estabeleceu, em um período curto, duas reduções⁴. Foram fundadas inicialmente em meados dos anos de 1626 e 1640 dezoito reduções em território gaúcho, sendo seis nas proximidades da região noroeste⁵. Os conflitos eram constantes e a primeira experiência não resistiu devido à ação de bandeirantes paulistas em busca de gado e índios para serem escravos em lavouras açucareiras (CHRISTENSEN, 2001). A segunda experiência reducional conhecida como os “Sete Povos das Missões⁶” é retomada a partir de 1682 por jesuítas espanhóis. A experiência criada estava inserida nos Trinta Povos das Missões Jesuíticas do Paraguai, e esta nova sociedade formada desenvolveu-se socioeconomicamente na região tornando-se um importante centro econômico, com destaque para o agroextrativismo da erva-mate e a criação de gado, além dos trabalhos manuais de tecelagem, metalurgia e trabalhos artísticos como a escultura (PESAVENTO, 1997). Foi através da experiência missioneira que as características culturais da região noroeste vão se constituindo e se resignificando. Depois de constituída a sociedade missioneira, e à medida que ela passa a ser uma ameaça às monarquias ibéricas, um dispositivo do Tratado de Madri (assinado por Portugal e Espanha em 1750) viria a decretar a expulsão dos índios e jesuítas, assim Portugal poderia implantar uma nova colônia. Os ‘donos dessa terra’, os guaranis, e alguns padres jesuítas não aceitaram os termos do tratado, dando início a Guerra Guaranítica, que acabou perdida e impôs o fim das reduções.

Inicia-se um segundo ciclo de desenvolvimento caracterizado pela agricultura tradicional cabocla, formado por indígenas, escravos africanos que trabalhavam em fazendas de gado e descendentes de europeus ibéricos que ocupavam de forma dispersa a região. A principal atividade econômica desenvolvida era a agricultura de subsistência, do extrativismo da erva-mate, de plantas nativas abundantes na região e consumidas como chás e comercializadas em pequenos mercados regionais (ZARTH, 2009). Muitos destes habitantes formam "expulsos para áreas de matas e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial" (GEHLEN, 2002, p. 11).

⁴ Por redução compreendem-se os aldeamentos de índios para fins de colonização, no qual os padres jesuítas recebiam a autorização do rei da Espanha, desde que estabelecessem uma forma de ocupação territorial e de organização social e produtiva, e que cumprissem os compromissos de obediência e de pagamento de tributos à Coroa (CAVALARI, 2004).

⁵ *San Nicolas, San Miguel, Asunción, Todos los Santos, San Carlos Del Caapi e a Apostoles Del Caaçapaguaçu.*

⁶ *San Francisco de Borja (1682), San Nicolas (1687), San Miguel Arcángel (1687), San Lorenzo (1690), San Juan Baptista (1697), San Luiz Gonzaga (1687) e San Angel Custodio (1706)* (CHRISTENSEN, 2001).

A colonização foi “idealizada pela Coroa brasileira, que tinha por objetivo a introdução de trabalhadores livres e brancos com a criação de um espaço de pequenos proprietários de terra no Brasil” (MERTZ, 2004, p. 282), isso ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. Como muitos dos imigrantes eram camponeses pobres, não se diferenciavam dos cablocos, no entanto, a mão de obra branca e livre, para a Política da Coroa, produziria a riqueza necessária para pagamentos dos lotes coloniais. Demonstrando a segregação que os cablocos enfrentaram, por não serem considerados agricultores tecnicamente equipados e disciplinados (ZARTH, 2000).

A Colônia de Santa Rosa criada em 1915⁷ teve a função de abrir grandes clareiras na mata virgem, para impulsionar o povoamento e o futuro desenvolvimento da região, a agricultura que era de subsistência e de abastecimento para o comércio local passou por uma intensa transformação, ocasionada com a chegada de novos imigrantes europeus. Nos primeiros anos de atividade, os colonos cultivavam principalmente alimentos para subsistência, com o passar dos anos, iniciaram uma intensificação da produção para integração aos mercados, que se expandia com a melhoria da infraestrutura propiciada pelas companhias de colonização e pelo governo (ZARTH, 2009). O sistema de cultivo utilizado entrou em crise com o esgotamento do solo e pela baixa produtividade do trabalho, na década de 50, ocasionando a migração de muitos colonos para outras regiões, principalmente Santa Catarina e Paraná. A solução encontrada para o desenvolvimento regional foi a “modernização da agricultura por meio da mecanização e utilização de insumos modernos para fertilizar o solo” (ZARTH, 2009, p. 66).

A modernização conhecida como Revolução Verde, o terceiro ciclo do desenvolvimento, preconizou processos de conservação e fertilização do solo, controle de erosão, seleção de sementes, assistência técnica e melhoria na infraestrutura. Para isso, a extensão rural teve papel fundamental na disseminação do conhecimento técnico e das tecnologias dentre os agricultores. Na cidade de Santa Rosa esse processo foi impulsionado pela "Operação Tatu" que visava à melhoria da fertilidade do solo, para isso foram utilizados milhares de toneladas de adubos químicos e calcário, com amplo apoio de crédito bancário. Os resultados foram um vigoroso aumento da área de plantio do trigo, como o aumento dos

⁷ As primeiras colônias fundadas em regiões próximas foram de Ijuí (1890) e Guarani (1891), com a construção da ferrovia em 1980 ligando às regiões de Passo Fundo e Santa Maria. Para saber mais consultar Bernardes (1997).

rendimentos da produção por hectares, por outro lado, o nível de endividamento cresceu e a consequente degradação ambiental (ZARTH, 2009).

Segundo Charão-Marques (2009) os ganhos da sociedade com a modernização na agricultura não podem ser subestimados, no entanto, seu crescimento deteve-se aos avanços tecnológicos, e esse padrão possibilitou ganhos na produção e produtividade, mas que de certa forma, tem contribuído para drásticas consequências ao ambiente e à sociedade. De acordo com Rambo (2011), a modernização trouxe resultados negativos, em longo prazo, para os pequenos agricultores da região noroeste, que em curto prazo atendeu as demandas da agricultura regional, incentivadas por políticas de crédito e extensão rural, difundindo técnicas, equipamentos e insumos modernos, mas por outro lado colocou-a em uma situação de crise.

Além da expansão do binômio soja/trigo, ocorreu o incremento da produção de suínos em 1950, ocasionando a organização de produtores e lideranças para solucionar problemas com transporte dos animais para outras regiões, e encontrar maneiras de agregar valor à produção com implantação de um frigorífico em 1957. O progresso econômico regional prosperou até o final da década de 1970, onde já evidenciava o esgotamento desse modelo, ocasionando a venda de várias grandes empresas que passam a ser controladas por capitais estrangeiros (RAMBO, 2011).

Frente a esse cenário de crise, outro momento de organização dos atores pode ser destacado ainda na década de 1980. Esta não foi uma “década perdida” para os movimentos sociais na região, uma vez que foi um período de formação de lideranças, as quais, a partir deste período, atuam ativamente nas diferentes instituições/organizações regionais (RAMBO, 2011, p. 126).

Segundo Rambo (2011) é a partir das crises ou de outras problemáticas que os processos sociais ganham força, como pode ser verificado na mobilização de lideranças locais que após a inviabilidade da produção de soja e trigo em pequenas propriedades, buscam alternativas como a diversificação da produção. O que impulsionou a mobilização de agricultores familiares via sindicato de trabalhadores rurais⁸, e a criação da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF)⁹ pela eminente construção de barragens no Rio Uruguai.

⁸ O movimento sindical será abordado no capítulo 4.

⁹ Quatro STRs da região das Missões tomaram frente nas discussões sobre as barragens no rio Uruguai, sendo Porto Xavier, Porto Lucena, Dezesesseis de Dezembro e Pirapó, formando assim a associação. A principal

Os diferentes processos de ocupação do território foram moldando a identidade dos habitantes da região noroeste e remetendo a origem da utilização das plantas medicinais e dos processos de mobilização social. O extrativismo de plantas medicinais como fonte econômica, o consumo de chás atribuído ao cuidado da saúde e de aspectos ligados a cultura e espiritualidade, por estarem relacionados no passado, pela figura do cabloco estigmatizado socialmente pela miscigenação biológica e cultural, ocasionou a perda de muitas práticas e conhecimentos. Contudo, a presença das plantas medicinais continua nos dias atuais, mesmo após os diferentes ciclos de desenvolvimento, justificado pela ausência de programas de saúde pública em áreas rurais ou até mesmo pela opção de escolha.

De forma breve abordou-se os diferentes processos de desenvolvimentos que fazem parte da conjuntura regional, o que nos leva a uma caracterização do local estudado, marcado não só por conflitos culturais, econômicos, ambientais, mas também sociais. O distanciamento da agricultura tradicional, compreendida como prática ‘retrograda’ a modernização e ao progresso, foram causados de forma intencional para gerar dependência ao conhecimento técnico e perito. O que gerou reações dos atores locais.

1.2 PROBLEMATIZANDO

As práticas relacionadas à saúde humana, animal e ambiental, bem como o uso de plantas medicinais estão imbricadas com diversas representações, não se restringindo somente ao uso medicinal pela população urbana e rural, mas por relações mais complexas. Envolvendo aspectos desde a utilização alimentar, espiritual, cultural e práticas ritualísticas, nas quais os povos reproduzem há séculos, conforme retratado anteriormente. Tais práticas mobilizam conhecimentos, tradicionalidade e heterogeneidade no mundo rural, provocando, de certo modo, uma crítica ao desenvolvimento como processo homogeneizante e unicamente legitimado pela ciência moderna.

Tomando o desenvolvimento desde um olhar mais relacional, alguns autores têm optado por abordagens centradas nos atores e nas práticas sociais, considerando que, mesmo existindo intervenções externas, que interferem nos modos de vida dos indivíduos e dos

divergência se dava por opiniões internas no MAB que refletiam nos atingidos diretos e indiretos, assim um grupo de lideranças se organizou para desenvolver alternativas via projetos com recursos obtidos de ONGs. Além de realizar debates sobre o papel do sindicato, políticas agrícolas, aposentadoria dentre outros temas (RAMBO, 2011).

grupos sociais, elas são mediadas e transformadas por esses mesmos indivíduos (LONG 1977, 1984, 1988, 2001, 2007; SARDAN, 1995; LONG; PLOEG, 2011). Para compreender as práticas sociais dos atores no desenvolvimento é necessário compreender como estes processos foram sendo moldados na agricultura.

O desenvolvimento, impulsionado pela modernização, causou o que Santos (1992) chama de uma ruptura progressiva entre os indivíduos e a Terra, processo acelerado de mudanças e algumas rupturas que Ploeg (1994) vai chamar de desconexões, quando analisa as transformações na agricultura. No mesmo sentido, Arce e Long (2000) vão apontar que, na agricultura, este processo causa dependência, dominação técnica e econômica, pela insistência em propagar um pacote técnico e institucional orientado para a transformação da sociedade como um todo.

Na agricultura brasileira o Estado buscou implementar um modelo de desenvolvimento focado na modernização, através da facilitação da adoção de pacotes tecnológicos. Este bem conhecido processo teve início ainda na década de 1950, atingindo de alguma maneira seu auge na década de 1970. Porém, de acordo com Benetti (2002), o chamado agronegócio brasileiro viria a se consolidar na década de 1990, concentrado fortemente nas indústrias com participação do capital internacional. A chegada da modernidade (e da modernização) no noroeste do Rio Grande do Sul não foi diferente. Apesar das 'tentativas' homogeneizadoras e das globalizações que aparentemente centralizam o desenvolvimento, um olhar apurado vai mostrar uma série de outros processos emergentes, inclusive, disputas sobre um território que já historicamente era diverso.

A modernização sempre se colocou como oposição à tradição, de acordo com Giddens (1997, p. 73) “a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia”, indicando uma conotação temporal. A discussão sobre a tradição na modernidade, ou na alta modernidade, percebe que a mesma é dissolvida, enquanto que a natureza é invadida e transformada causando incertezas sobre o futuro. A tradição não é algo estático ela sofre mudanças ao longo dos tempos, pressupõe-se assim a sua persistência, para Giddens (1997) ela se desenvolve e amadurece ou enfraquece e “morre”, compreendendo o processo contínuo de conexão com passado e presente. Mas como a tradicionalidade mobilizada, nesses processos, está ligada ao ritual e a memória, pois possui “guardiões da tradição” que zelariam pelas verdades, termo chamado de verdade formular, que considera à conexão da prática ritual com a verdade formular, mantida e conhecida pelos guardiões. Apesar de serem os atores sociais autorizados pela reconstrução e manutenção da tradição, ainda que

considerada conservadora, eles transformam muitas coisas externas em atividades humanas. Para Giddens (1997, p. 83) “[...] sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque se acredita que eles são os agentes, ou os mediadores essenciais, de seus poderes casuais”. O *status* dos guardiões vai além de sua competência, pois é aliado ao conhecimento e este pode ser repassado independente das habilidades, basta estarem determinado para isto. Representando assim a natureza moral que está intimamente ligada aos processos de conexão com o passado e o presente.

Especialmente as mulheres, são reconhecidas como as guardiãs da tradição e do conhecimento sobre as plantas medicinais, pois são “detentoras de conhecimento” e “capazes”, resolvendo os problemas, aprendendo como intervir no fluxo de eventos sociais e monitorando suas próprias ações (GIDDENS, 1997, p 1-6). O cuidado da saúde tanto da família como da comunidade, por vezes, é realizado pelas mulheres, de acordo com Charão-Marques (2008), as mulheres trazem para si essa responsabilidade, muitas vezes, justificada por uma consciência ecológica, pela tradição que vem das suas mães, por responsabilidade com a saúde da família e, também, a partir do envolvimento com a comunidade e da mobilização política. Uma das estratégias de cuidado mobilizada pelas mulheres é a utilização de plantas medicinais para prevenir ou curar enfermidades, estas múltiplas trajetórias tecidas na busca do cuidado na saúde, é conhecido como itinerário terapêutico, compreendido como diferentes sistemas de cuidado, definidos segundo as necessidades de saúde e das disponibilidades de recursos sociais existentes (GERHARDT et al., 2009).

Quando o assunto é saúde no rural estima-se que em nível mundial 80% da população depende das práticas tradicionais na atenção primária à saúde, e 85% desta parcela utiliza as plantas ou preparações à base vegetal (BRASIL, 2006b). Alguns dos fatores são atribuídos às imensas distâncias a serem percorridas até as unidades de atendimento, a precariedade dos serviços, a falta de locais para a manipulação dos remédios, ou ainda, na busca por tratamentos alternativos aos convencionais contribuindo para a manutenção das intervenções populares. Assim, as plantas medicinais representam um recurso cotidiano, e parte deste acervo de práticas baseiam-se na utilização de chás e remédios caseiros.

Mesmo em locais onde o processo de desenvolvimento foi implantado pela modernização na agricultura, como é o caso da região noroeste, a chamada tradicionalidade do uso das plantas medicinais vêm permeando uma série de mobilizações e luta política de

valorização e reconhecimento desta forma de conhecimento, surgindo assim o Fórum pela Vida.

O Fórum pela Vida descende de uma organização política estadual iniciada no ano de 1998, no qual foi coordenado pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente¹⁰ da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Conhecido como projeto “Plantas Vivas”, dentre os objetivos traçados buscou reunir esforços para construir uma política de assistência farmacêutica que unificasse os saberes, científico e popular, valorizando as plantas medicinais nativas. Assim, a partir do projeto Plantas Vivas inicia-se uma série de seminários regionais chamados de Fórum pela Vida que objetivavam:

(1) Sedimentar a integração entre as várias experiências do Estado; (2) Traçar, a partir dessas experiências, projetos regionais correspondentes inicialmente às regiões dos Vales, Missioneira, Serra, Metropolitana, Centro-Oeste, Norte, Sul e o Projeto Estadual; (3) Envolver a União, o Estado e os municípios, política, técnica e financeiramente, para garantir a implantação de Pólos Regionais para Produção de Medicamentos Fitoterápicos, com qualidade, no Rio Grande do Sul (CONY, 2005).

A partir dos objetivos traçados, os atores sociais que participavam do Fórum pela Vida organizaram uma pauta de reivindicações enviada tanto para o governo estadual e nacional. Com isso, no ano de 2000, no estado é criada uma Comissão Intersecretarial de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, ligado à Secretaria Geral de Governo e mais dez representantes de secretaria governamentais e seis fundações vinculadas. Fruto desta trajetória é aprovado no ano de 2006 a Política Intersetorial de Plantas Mediciniais e Medicamentos Fitoterápicos (PIPMMF) para o Rio Grande do Sul. De acordo com Czermainski (2009), nesta arena de discussão, haviam disputas, conforme exemplificado no trecho abaixo:

[...] a Comissão se constituiu de uma expressiva arena de negociações das soluções, onde nem sempre convergiam para o consenso como era a predisposição, em função, avalia-se, da transversalidade e multidisciplinariedade da temática. O que era interesse de uma política setorial, nem sempre era de outra, como por exemplo, as visões antagônicas da vigilância sanitária com as propostas do movimento social rural, amplamente absorvidas pela representação da Secretaria da Agricultura, da Educação, e da Secretaria da Reforma Agrária. Para seus representantes, a prática da elaboração de remédios a base de ervas sem supervisão

¹⁰ A Comissão de Saúde e Meio Ambiente após participar da II Semana Etnobotânica de Gramado/RS, que ocorreu em 1998, decide organizar em conjunto com a sociedade civil e instituições governamentais o encontro de iniciativas e realizações em torno das plantas medicinais. Está proposta foi coordenada na Assembleia Legislativa pela deputada estadual Jussara Cony.

ou orientação farmacêutica nas comunidades, se justifica pelo reconhecimento do conhecimento tradicional nas comunidades, pela estratégia que representava de fixação no campo, de geração de emprego e renda, de valor ecológico (CZERMAINSKI, 2009, p. 96).

A PIPMMF desde sua formulação enfrentou desafios, demonstrando as diferentes visões do conhecimento científico (ANVISA) e do conhecimento de domínio popular (movimento social rural). Outro desafio que se colocava estava ligado a percepções político-ideológico, na época de sua construção o governo estadual era favorável as iniciativas populares, já com a troca governamental em 2003 o processo foi parcialmente interrompido. O projeto de lei criado, em 2001, para as plantas medicinais e fitoterápicos, foi aprovado somente no ano de 2006, neste período, diversas mobilizações e pressões populares foram realizadas, a partir da agência do Fórum pela Vida em nível estadual, demonstrando a mobilização e organização social que se formou a partir da temática.

Tanto a política estadual, como o Projeto Plantas Vivas, com o decorrer dos anos, foram perdendo forças, em virtude de estratégias governamentais desmobilizadoras das políticas públicas específicas para as plantas e a fitoterapia. Este processo somente não afetou a organicidade do Fórum pela Vida na Região Noroeste, que havia sido criado em 2002.

Diferente da conjuntura política estadual, nas regiões Fronteira Noroeste e Missões, onde o Fórum pela Vida segue sendo realizado até hoje, inúmeras iniciativas locais envolvendo as plantas medicinais foram se tornando visíveis no processo de desenvolvimento local. Cabe ressaltar que esse trabalho, que viria a dar corpo ao Fórum de cunho regional é anterior à própria constituição do Fórum pela Vida, sendo mobilizado por grupos de mulheres, pelas Pastorais da Saúde e da Criança (ligadas à Igreja Católica), pelo serviço de extensão rural, dentre outros. Por mais que um dos objetivos do projeto estadual fosse criar pólos regionais de medicamentos fitoterápicos, parece que a mobilização acabou por incentivar e aproximar experiências, anteriormente dispersas, ocasionando a realização de encontros permanentes em ambas as regiões.

O Fórum pela Vida, atualmente, é um evento realizado duas vezes por ano na Região Noroeste, mobilizado por diversos atores sociais formam uma rede de apoio, reunindo inúmeras experiências. O próprio surgimento do fórum ocorreu a partir de um seminário

realizado por uma dessas experiências, o Programa Saúde Alternativa de Santo Cristo/RS¹¹, que elaborou um pedido formal e encaminhou para o projeto estadual, criando assim o primeiro Fórum pela Vida em 2002.

A Saúde Alternativa é uma farmacinha¹² que foi constituída pelo movimento de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), tendo como eixo a revalorização e recuperação biodiversidade e conhecimentos para atender problemas relacionados com a saúde da família, em geral, sob responsabilidade das mulheres. Com o passar dos anos, a busca por conhecimento ampliou-se pela realização de cursos profissionalizantes sobre a medicina chinesa, homeopatia, bioenergética, massagem dentre outros. Atualmente, é reconhecida pela comunidade regional como um espaço de referência em tratamentos alternativos, atendendo não só os agricultores familiares do STR, mas também pessoas do meio urbano e de outros municípios.

Considerando que o Fórum pela Vida na Região Noroeste é o único que permaneceu ativo, mesmo após o processo desmobilizador do Projeto Estadual Plantas Vivas, torna-se relevante e instigante entender como este processo pode estar sendo sustentado, e se há relação com as experiências locais que utilizam plantas medicinais para o de cuidado humano e animal. Deste modo, tomando as plantas medicinais como um tema que pode ser transversal a outros assuntos de relevância para a vida das pessoas e da região, o trabalho realizado visa contribuir, trazendo evidências sobre as práticas, e reflexões sobre os processos mobilizados a pela ação social dos atores.

1.3 AS QUESTÕES E OS OBJETIVOS

Dada a relevância das plantas medicinais e da ação social dos atores em torno do Fórum pela Vida na Região Noroeste, o trabalho foi pensado para responder a duas questões gerais que guiaram a pesquisa, como seguem.

- a) Como os atores sociais se mobilizam a partir da temática das plantas medicinais, em uma região afetada fortemente pelo processo de modernização?;

¹¹ Dada a relevância na participação da criação do Fórum, esta experiência acabou por constituir-se em caso de estudo no contexto da pesquisa, como será explorado e aprofundado mais adiante.

¹² Importante registrar que o termo farmacinha é assim utilizado pelas mulheres para designar o espaço de preparação de remédios, encontros e de atenção às pessoas que buscam atendimento.

- b) quais os espaços de manobra construídos pelos atores sociais para garantir seus mundos de vida, práticas e conhecimentos?

Como mencionado, as questões guiam o trabalho, assim, também, levaram a estabelecer como objetivo geral do estudo: identificar dinâmicas dos atores sociais relacionadas à temática das plantas medicinais no contexto da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. E, como desdobramento do objetivo geral, seguem os objetivos específicos:

- a) resgatar e analisar a trajetória do Fórum pela Vida na Região Noroeste;
- b) identificar práticas enraizadas localmente de trabalho com plantas medicinais;
- c) analisar em profundidade a experiência da farmacinha Saúde Alternativa em Santo Cristo/RS.

1.4 CAMINHO METODOLÓGICO

Para responder aos objetivos dessa dissertação, foi desenvolvido o que se pode chamar de um caminho metodológico, entendido como conectado ao referencial teórico, que orienta tanto a problematização, como a análise. No Capítulo 2, a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) será melhor trabalhada, o importante, aqui, é ter presente que foi fundamental para a estruturação do trabalho a noção de que seria necessário seguir as práticas sociais que, além de oferecerem pistas sobre os processos de construção e reconstrução social, poderiam permitir evidenciar as interações que emergem na ação local, porém, sem perder a dimensão da influência tanto dos contextos mais amplos, como das estruturas sociais (LONG, 2001). Com isto, vai ficando claro que a pesquisa empírica tem grande relevância dentro desta perspectiva, portanto, tem grande influência no estabelecimento da metodologia.

Outra ideia que funda a POA é a noção de agência humana, ou seja, a consideração de que aos atores sociais é atribuída a capacidade de processar a experiência social e mobilizar distintas maneiras de lidar com a vida, mesmo em situações de extrema coerção, especialmente pela “capacidade de saber” e “capacidade de atuar” frente aos problemas (LONG, 2007). Em sendo assim, a observação das agências dos atores está diretamente relacionada às práticas sociais, que envolvem o estabelecimento de relações sociais, mobilizações, processos de organização e a manipulação de recursos materiais. Tais práticas viriam a se tornar justamente o foco da pesquisa de campo, realizada de março a

junho de 2015, de forma a permitir o exame em profundidade das qualidades do fenômeno estudado, possibilitando identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana, como sugere Brumer et al. (2008) ao circunscrever a abordagem qualitativa.

Na condução da pesquisa foram utilizadas diferentes estratégias, como a entrevista semiestruturada e a observação participante, além do uso constante do diário de campo que, no cotidiano, serviu como uma espécie de diálogo entre as experiências vividas pela pesquisadora e o 'fazer pesquisa'. A análise documental foi fundamental na investigação sobre os vários anos de atuação do Fórum pela Vida, permitindo a compreensão da organicidade e mobilização de temas com relação, por exemplo, ao entendimento mais amplo dos atores sociais e entidades envolvidas na organização das edições do fórum. Os documentos analisados foram fornecidos, na sua maioria, pelos próprios interlocutores da pesquisa e constavam registros fotográficos, anotações, notícias publicadas, cartilhas, folders, cartazes e outros materiais.

A trajetória da pesquisa envolveu um período de aproximação com o empírico, que não foi longo, porém relevante até mesmo para a construção dos passos adiante. Sendo assim, é importante esclarecer a entrada em campo, bem como, a estratégia utilizada para aproximação com os informantes, as ferramentas que auxiliaram as entrevistas, a convivência cotidiana com os atores sociais e as subjetividades percebidas ou faladas entre um chimarrão e outro.

Em novembro de 2014, foi iniciada uma aproximação com extensionistas rurais da Emater do município de Santa Rosa, durante a 8ª Reunião Técnica sobre Plantas Bioativas. Como mencionado na Introdução, a participação na Reunião foi um marco na definição do problema e do recorte empírico que viria a dar contornos para a pesquisa que já se desenhava. Neste sentido, este primeiro contato foi decisivo para identificar uma das extensionistas que viria a ser uma informante chave durante a investigação a campo. A atuação desta informante na organização e coordenação do Fórum pela Vida na região noroeste se deu desde o início, além do que, ela também participou do Projeto Plantas Vivas em nível estadual (projeto ligado à Assembleia Legislativa do Estado, como já mencionado), a experiência acumulada por esta informante foi sendo compartilhada com a pesquisadora e se tornou relevante para levar adiante a pesquisa.

Com isto, uma opção que se mostrou interessante para dar continuidade à pesquisa foi a técnica metodológica conhecida como *snow ball*, ou bola de neve. Assim, a partir da informante chave novos interlocutores foram sendo indicados, estes, por sua vez, indicaram

outros e, assim, sucessivamente, até que as informações começaram a se repetir, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Através da técnica bola de neve, Albuquerque (2009) considera cada participante da pesquisa como “semente” que possui informações acerca das pessoas e dos fatos ocorridos, e estes mesmos indivíduos indicam outros, os “filhos das sementes”, formando ao final uma rede de informantes. Com o auxílio da técnica, foi possível, primeiro, acessar os atores e a trajetória da organização do Fórum pela Vida¹³, segundo, coletar informações, documentos e registros, tanto fotográficos, como das programações, além da trajetória contada e revivida a cada entrevista pelas pessoas envolvidas. Este processo levou a uma primeira observação que viria a influenciar as próximas fases da pesquisa, a trajetória do Fórum pela Vida é germinada a cada ano por diversas sementes que dedicam seu tempo e conhecimento para que o encontro sobre as plantas medicinais possa ocorrer. Seguindo esta linha, se pode dizer que a conversa com uma semente resultou no desencadeamento das demais entrevistas que foram ajudando na germinação da pesquisa.

As conversas iniciais foram tão eloquentes e ricas que levaram, de certa forma, à decisão de utilizar um roteiro para melhor guiar as entrevistas, deste modo, foram incluídas questões gerais sobre a trajetória do Fórum, as temáticas de cada evento, as oficinas realizadas, os atores sociais e as entidades envolvidas na organização. As entrevistas foram pré-agendadas e ocorreram conforme a disponibilidade de cada ‘semente’, em variados locais, sempre respeitando a preferência do informante, seja nos escritórios municipais da Emater, em suas residências ou em propriedades rurais. Apesar de existir um roteiro de perguntas, as entrevistas ocorreram em forma de conversa, deixando os informantes à vontade para expressar suas ideias e levantar novas questões.

As entrevistas quando permitidas eram gravadas, utilizando-se de um gravador digital, bem como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) para todos os participantes, que assinaram autorizando divulgação das informações. Em algumas entrevistas, a presença do gravador gerava certos desconfortos para relatar determinadas situações, alguns falavam “agora desliga o gravador”, o que prontamente era feito, permitindo que o diálogo ocorresse da forma mais natural possível. As situações em que os entrevistados ficavam com receio do aparelho tratava-se do relato

¹³ Vale ressaltar que durante a realização dessa pesquisa não foi possível acompanhar uma edição do Fórum pela Vida, pois, a maioria dos eventos ocorrem entre os meses de outubro a novembro.

sobre a conjuntura política tanto do Fórum pela Vida, quanto do movimento sindical, no qual a farmacinha está inserida. Pois verificou-se a atuação política de grande parte dos entrevistados no cenário regional, que ao relatar fatos ocorridos necessitavam realiza uma contextualização e análise política da época. Tal ação foi importante para captar as percepções dos informantes, mas que de certa forma, fugia do objetivo da pesquisa, mas os entrevistados eram conscientes disto, pois solicitavam para desligar o gravador. Acreditavam que sem a explicação da conjuntura política o entendimento dos processos de mobilização e organização social não seriam compreendidos em sua totalidade. E foi durante um chimarrão, ou na volta do quintal que as informações mais relevantes foram compartilhadas, foi na informalidade do cotidiano que as pessoas se sentiram à vontade para falar, o que acabou incentivando uma convivência quase que diária com os entrevistados, de fato, foi possível vivenciar que o conhecimento é expresso nas práticas e nas atividades cotidianas.

Como mencionado ao início, o acompanhamento das práticas sociais no cotidiano é considerado imprescindível no conjunto das ações da pesquisa realizada, assim, foi lançado mão da observação participante. Sua utilização foi pensada de modo a permitir a descrição de forma mais sensível das relações construídas no âmbito do Fórum pela Vida e da farmacinha Saúde Alternativa de Santo Cristo. A observação participante é um método no qual o pesquisador observa e participa da situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica, assim, ao participar da vida social gera dados dos indivíduos (MINAYO, 2004). Com isso, o cotidiano que constitui o cenário principal das relações sociais (LABERCQUE, 2000) favoreceu o olhar sobre os diferentes conhecimentos sobre as plantas medicinais, assim como, compreender o processo organizativo, perceber os diferentes discursos e identificar a atuação dos atores envolvidos nas arenas de disputa.

Como lembra Godoy (1995), a própria expressão "pesquisa de campo" remete-se à "pesquisa qualitativa", termo comum entre antropólogos e sociólogos que passaram a utilizá-lo para diferenciar os estudos conduzidos em ambientes naturais dos sujeitos, o campo, daqueles desenvolvidos em laboratórios ou em ambientes controlados pelo investigador. Neste sentido, o autor aponta que parte de questões ou focos de interesses vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve, envolvendo descrição sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Apesar da pesquisa qualitativa possuir vários enfoques teóricos, epistemológicos e metodológicos, alguns autores vislumbraram pontos comuns nesse tipo de pesquisa. De acordo com Angrosino (2008), que enumerou alguns deles, os pesquisadores estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural; eles se abstêm de estabelecer hipóteses pré-definidas, pois os conceitos (e até hipóteses) são desenvolvidos e refinados ao longo da pesquisa; o pesquisador é parte importante no processo de pesquisa, seja na sua própria presença pessoal ou nas experiências no campo; uma parte importante é com as notas de campo, sejam textos, escritas, transcrições ou interpretações dos dados como um todo.

A pesquisa a campo, então, envolveu um total de 16 entrevistas (Apêndice A), realizadas com diversos atores sociais, sendo participantes do Fórum pela Vida, como extensionistas da Emater, agentes de saúde, pastoral da saúde, integrantes do sindicato dos trabalhadores rurais, cooperativa e movimento de mulheres. Com alguns destes realizou-se entrevista em profundidade durante os meses de março a junho, sendo que o acompanhamento ocorreu semanalmente, conforme a disponibilidade dos informantes. Além do acompanhamento diário das atividades da farmacinha Saúde Alternativa, realizado durante dos meses de março a maio, com três mulheres. Cabe ainda registrar que, de forma complementar, foram realizados registros fotográficos durante todo o período do campo, que de certa forma ajudou na análise e elaboração da dissertação, algumas delas comporão as ilustrações deste trabalho.

A análise dos dados gerados nas entrevistas, notas de campo, documentos, áudios e fotos requereu um longo processo de processamento e reflexão. Primeiramente, as entrevistas foram transcritas, gerando um grande volume de dados, que foram sendo organizados de modo a iniciar o processo de interpretação, separando as informações pela relevância de temas, como por exemplo, histórico das organizações, pessoas e entidades envolvidas, temas abordados. No entanto, como lembra Angrosino (2009), a análise não deve servir apenas para revelar a variedade de temas de que as pessoas estão falando, mas também para reconhecer e analisar as formas como elas enquadram ou modelam suas comunicações. Assim, ‘com os dados em mãos’, analisá-los viria a ser um dos desafios, em parte, enfrentado nos próximos capítulos desta dissertação.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para responder as questões colocadas a presente dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. Este primeiro capítulo é introdutório e apresenta a problemática do estudo, detalhando o processo de escolha dos locais estudados e os objetivos geral e específicos. O segundo capítulo apresenta o caminho teórico metodológico, demonstrando a trajetória da pesquisa e a aproximação do empírico, o método para geração de dados e a análise dos mesmos.

O terceiro capítulo aborda o Fórum pela Vida como organização e mobilização social, e está subdividido em três seções. A primeira parte é dedicada à discussão do Fórum pela Vida como um local de arenas de disputas, abordando os projetos políticos para as plantas medicinais e a interface do conhecimento científico e popular. A segunda seção descreve o Projeto Plantas Vivas, como uma organização social estadual, mobilizadora dos Fóruns pela Vida e das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos. A terceira seção aborda a trajetória do Fórum pela Vida descrevendo os atores sociais e entidades que compõem a rede formada a partir das plantas medicinais, analisando a forma como é organizada cada edição, temas tratados, atividades desenvolvidas e experiências que emergem no contexto local.

O quarto capítulo apresenta o Programa Saúde Alternativa de Santo Cristo/RS, como o caso estudado em profundidade de uma experiência cotidiana de trabalho com as plantas medicinais. O capítulo está subdividido em quatro seções, a primeira traz a contextualização da criação do programa, com a discussão dos problemas relacionados com o cuidado e saúde no rural. Na segunda seção, é analisada a trajetória e o cotidiano da farmacinha, em seguida, são analisadas algumas trajetórias das mulheres envolvidas. Por fim, são trazidos aspectos sobre o movimento de mulheres no sindicato. Por último, são realizadas as considerações finais, no quinto capítulo, de modo a agrupar ideias e alguns pontos de chegada após a realização do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO, CONHECIMENTO E OS ATORES: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS

A partir do avanço científico, que teve papel central na consolidação de projetos de dominação da natureza pelo homem, e do processo de crescimento acelerado da economia industrial nos séculos passados, processos iniciados pelo modelo conservador de desenvolvimento, resultou em impactos sentidos por todas as dimensões da sociedade. Na agricultura, esse processo foi implementado através da Revolução Verde, agravando ainda mais os problemas de desigualdade social e de degradação ambiental, além de “desmerecer o protagonismo dos agricultores na produção do conhecimento” (PREISS, 2013, p. 28). As transformações ocorridas em nível global e local motivaram um redimensionamento dos debates sobre as concepções de desenvolvimento e do papel da ciência nesse processo, incentivando assim novos modelos e a idealização de novas perspectivas teóricas.

Entendendo que existem heterogeneidades emergentes das práticas relativas à agricultura um “novo olhar” teórico/metodológico se fez necessário para identificar e analisar as práticas que surgem das saídas e manobras encontradas pelos próprios agricultores como forma de resistir e existir no mundo rural. A Perspectiva Orientada aos Atores surge na tentativa de preencher essa lacuna, pois têm como foco analítico o desenvolvimento rural e os processos dos atores na construção de seus próprios projetos de desenvolvimento. Ao reconhecer que o ator social desenvolve a capacidade de processar experiências sociais e inventar caminhos para responder situações problemáticas, se entende que este é um processo que conforma a agência humana, sendo esta possível pela existência de relações sociais, que a efetivam (LONG, 2001).

A seguir, será apresentada uma síntese das perspectivas teóricas que auxiliaram orientar o trabalho e a análise, ressaltando os principais conceitos mobilizados. A primeira seção introduz a discussão sobre a modernização na agricultura, e as heterogeneidades que surgem no mundo rural refletindo em novos processos de aprendizagem. Na seguinte seção, a batalha de conhecimentos traz a noção de interface para transmitir a ideia de arenas contestatórias entre os atores, interesses e valores dos diferentes corpos de conhecimento. Na última seção, é apresentada a teoria Perspectiva Orientada aos Atores, que tem na sua centralidade a agência dos atores fornecendo elementos para análise das práticas sociais, e as maneiras nas quais os próprios agricultores constroem seus mundos de vida.

2.1 A FORÇA DA MODERNIZAÇÃO NA GERAÇÃO DE HETEROGENEIDADES

A modernização na agricultura pode ser compreendida como um processo de profundas mudanças tecnológicas que teve início no século XVIII implementada a partir de países europeus, norte-americanos e do Japão, atingindo posteriormente vários países do mundo (TOLEDO et al., 2002). No Brasil, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com o processo de industrialização e urbanização a sociedade brasileira realiza grande debate sobre a necessidade de adequação da agricultura às novas exigências do desenvolvimento do país, com o argumento que seria o portador do progresso para todos (WANDERLEY, 2009).

O modelo proposto para toda a atividade agrícola baseava-se na empresa rural, onde por um longo período foram os únicos a ter acesso às políticas públicas. Por consequência a modernização conservadora é pela sua própria natureza um processo profundamente seletivo e excludente (WANDERLEY, 2009). Desta forma, a modernização da agricultura:

[...] concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas da “sociedade moderna”. Esse processo é desenvolvido e mantido através de um envolvimento crescente em mercados de *commodities* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para formas menos desenvolvidas. Dessa forma, a sociedade tradicional é impulsionada para o mundo moderno e, gradualmente, ainda que com algumas crises institucionais (que são normalmente referidas como obstáculos sociais e culturais à mudança), sua economia e estruturação social adquirem os ornamentos da modernidade (LONG; PLOEG, 2011, p. 22).

A chamada ‘sociedade tradicional’ está ligada a uma agricultura que desde seu primórdio é criada e recriada pelos processos sociais e cognitivos ligados ao local, e por influência da modernidade vai perdendo suas características do que era uma “agricultura dos agricultores” (CHARÃO-MARQUES, 2009, p.54). Segundo Ploeg (1992), a modernização na agricultura gerou seis tipos de desconexão, compreendendo em primeiro lugar, a desconexão que ocorre entre a agricultura e a relação com a terra, natureza e ecologia, tornando-a controlada e artificializada. A segunda desconexão refere-se à externalização da agricultura, enquanto divisão do trabalho e a formação de capital. A terceira influencia as mudanças da qualidade da força de trabalho, exemplificando na automação da agricultura. A cientifização da agricultura coordena os ciclos naturais de crescimento, os ecossistemas,

calendários sociais, ordenando o tempo e espaço, constituem o quarto tipo de desconexão. A quinta desconexão é relativa à separação da produção agrícola e produtos finais, passando à indústria o papel de fornecedora de matéria-prima. Já a sexta e última desconexão refere-se ao desaparecimento da família, na qual a tecnologia passa (in) diretamente a modificar os processos de produção e relações antes definidas pelo grupo familiar.

Apesar dos esforços homogeneizantes da modernização da agricultura o espaço rural se constitui como um local heterogêneo, como reação ao próprio processo em curso. E a compreensão da construção das soluções locais dos indivíduos para os problemas globais demonstra que a heterogeneidade dá muitas respostas, que também introduz novos processos de aprendizagem (PLOEG, 2009).

A flexibilidade de adaptação a contextos hostis com o objetivo de reproduzir o seu modo de vida é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e de uso dos recursos naturais disponíveis. Essa capacidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Ela se faz exatamente com base no controle inteligente dos recursos territoriais (naturais e socioinstitucionais) e funda-se na busca por melhores ajustamentos entre esses recursos e as aspirações das famílias e comunidades agricultoras (PLOEG, 2009, p. 92).

O autor reforça a ideia que mesmo aquelas famílias que se submetem a lógica da agricultura moderna usam suas margens para inovar ou adaptarem-se as condições prescritas oficialmente para o uso de pacotes tecnológicos, por tal fato, a agricultura deve ser compreendida como um processo que gera heterogeneidades e não a homogeneidade apregoadas pelo modelo industrial (PLOEG, 1997). Assim, entende-se que os recursos locais são um elemento crucial, embora não reconhecidos pelos projetos modernizantes, eles fazem parte das emergências de autonomias e criatividade que, no Brasil, está muito relacionada à agricultura familiar. A heterogeneidade, então é muito mais um 'patrimônio' relevante na busca por alternativas interessantes para construção de novos padrões de desenvolvimento.

Considerando que os atores são capazes de usufruir e tirar proveito de recursos disponíveis, mas também a heterogeneidade social, de acordo com Carneiro (2006) mesmo que produza situação de tensão e ambiguidade, só enriquece as localidades, sem que isso resulte na descaracterização cultural. Pelo contrário, a diversidade pode contribuir com a consolidação das identidades dos grupos e possibilitar o reconhecimento de si na relação com o outro.

2.2 CONHECIMENTOS EM INTERFACE: DESCONTINUIDADES E NEGOCIAÇÃO

Para uma compreensão dos processos de conhecimento e aprendizagem, assim como o cotidiano dos agricultores a ciência é afetada pela modernização/globalização, onde os problemas passaram de um nível individual para escalas planetárias, principalmente quando relacionados a assuntos ligados ao ambiente e saúde.

A partir da modernização, processo compreendido como o primeiro momento histórico onde o conhecimento teórico e especializado se retroalimentam para transformar tanto a sociedade como o próprio conhecimento. Pois a sociedade moderna está constituída e construída, a partir desses conhecimentos que determinam e criam normas para a vida cotidiana causando um deslocamento, ou seja, modificando a vida local, através da universalização da modernização por meio da globalização. Partindo da concepção que existem diferentes modernidades, como as “híbridas”, “locais”, “mutantes”, “alternativas” e “múltiplas”, pois a modernidade deveria ser transformada e reconstruída desde dentro, a partir das múltiplas variações da modernidade resultado do encontro entre moderno e tradicional (ESCOBAR, 2002).

Segundo Funtowicz (1997), que propõem uma democratização da ciência, chamando-a de “ciência pós-normal” onde se busca uma ampliação das comunidades de pares, ou seja, a responsabilidade deve ser compreendida por todos os afetados da sociedade, desde que estejam comprometidos com tal ato. O autor argumenta que para além do desejo genérico de estender ao máximo a democracia na sociedade, ela se faz necessária para tornar a ciência capaz de enfrentar os novos desafios cada vez mais complexos.

Desta forma, a comunidade de pares, ou seja, tanto os agricultores como os cientistas em resposta aos novos desafios devem evitar roteiros prontos para encontrar as saídas, conforme Ploeg (2009), resultando assim num repertório rico de respostas heterogêneas e novos processos de conhecimento e aprendizagem. Pois a lógica do modelo modernizante é por consequência transformar tanto os recursos, trabalho, produtos, serviço e conhecimento em mercadorias, operando com o domínio exclusivo onde se organizam todas “as conexões, transformações e traduções” (PLOEG, 2009, p. 29).

O conhecimento que emerge de situações de interface entre os diferentes mundos de vida, podem ser superados via espaço de manobra e capacidade de negociação dos atores locais. Mas, isto não significa que as descontinuidades possam ser superadas através de

negociações, o que pode gerar um distanciamento entre os corpos de conhecimento, compreendidos como “áreas de ignorância” que perpetuam a superioridade do conhecimento perito contra o dos agricultores (GUIVANT, 1997, p. 434).

Quando ocorre o distanciamento dentre os dois corpos de conhecimento, como ocorreu na agricultura, onde as indústrias se expandiram por várias filiais em diferentes países do mundo, dentre eles o Brasil, e, não por acaso, pois o país possui uma das maiores biodiversidades do mundo, com cerca de 20% do número total de espécies do planeta, com um imenso patrimônio genético, campo fértil e estratégico para o desenvolvimento de novos insumos agrícolas e medicamentos (CALIXTO, 2003). Os avanços tecnológicos foram construídos a sua montante, nas indústrias de biotecnologia animal e vegetal, “operando o milagre de apagar as fronteiras entre a indústria farmacêutica e a agricultura” (BENETTI, 2002, p. 139). A indústria de biotecnologia encontrou nas empresas químicas uma poderosa fonte de financiamento, que por último adquiriram grandes empresas nas áreas de sementes, agrotóxicos, biotecnologia e medicamentos, definindo assim uma “nova indústria”, que passou a se chamar de “ciência da vida” (BENETTI, 2002, p. 140).

Apesar dos esforços da modernização em homogeneizar inclusive a indústria, o desenvolvimento trouxe descontinuidades e ambiguidades sociais e culturais nos chamados “campos de batalha do conhecimento”. A imagem de campo de batalha foi proposta por Long e Long (1992) para transmitir a ideia de arenas contestatórias entre os atores, interesses e valores dos diferentes corpos de conhecimento. Também é vislumbrado neste espaço o surgimento de vários tipos de negociações, ordens, acomodações, oposições, separações e contradições abraçando uma ampla gama de atores sociais comprometidos com diferentes estratégias de subsistência e interesses. Este ponto de vista epistemológico reconhece a existência de “múltiplas realidades sociais”, por compreender que o conhecimento é algo que envolve diferentes formas de interpretar e ordenar o mundo, e não apenas como uma simples acumulação de fatos, emergindo uma complexa interação de elementos sociais, cognitivos, culturais e institucionais (ARCE; LONG, 2000).

Os autores Arce e Long (2000) propõem metodologicamente uma forma de compreender estes processos de “batalha do conhecimento” e da vida cotidiana, onde a noção de interface social fornece um dispositivo heurístico útil para identificar e analisar criticamente os pontos de intersecção entre as diferentes áreas ou níveis de organização social, em face que são essas interfaces e descontinuidades de interesses, conhecimentos e poderes que são revelados. Uma abordagem orientada para o ator é uma forma sensível de

analisar as práticas sociais, pois entra nos modos de vida dos atores, implicando numa compreensão reflexiva em pesquisas de desenvolvimento.

2.3 PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES, A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS

O acompanhamento das práticas sociais, sobretudo, das especificidades da agricultura requer uma abordagem de interpretação que tenha na sua essência a centralidade dos atores nos processos de desenvolvimento rural. A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) vem balizando práticas profissionais e pesquisas acadêmicas, sendo encontrada em diversos trabalhos no PGDR, como nas teses de doutorado (OLIVEIRA, 2014; GAZOLLA, 2012; CHARÃO-MARQUES, 2009) e nas dissertações (FERREIRA, 2014; PREISS, 2013).

A POA foi formulada inicialmente por Norman Long e outros autores como Jan Douwe van der Ploeg e Alberto Arce, ligado ao Grupo de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen, na Holanda. Uma das principais características desta perspectiva teórica é que foge do viés estruturalista (teoria da modernização e a marxista) de análise e explicação dos processos sociais e econômicos, oferecendo alternativas teóricas e metodológicas, como também traz alguns conceitos chaves que ajudam na compreensão da ação dos atores no desenvolvimento rural (GAZOLLA, 2012). Segundo Oliveira (2014), as primeiras análises inspiradas na POA tiveram popularidade na sociologia e antropologia no final dos anos 1960 e 1970, mas muitos desses estudos não seguiram devido à tendência voluntarista sobre a tomada de decisão, prestando pouca atenção nas opções individuais e como essas são influenciadas por questões mais amplas, como por exemplo, a modernização da agricultura. Na tentativa de melhorar as formulações individuais incorporaram a noção de agência humana, formulada por Anthony Giddens, nas análises orientadas ao ator, tornando-se central para revitalizar os paradigmas e conciliar as noções de estrutura e de ator.

O conceito de atores sociais é uma das noções utilizadas na POA, sendo compreendido por todos os indivíduos e entidades sociais que possuem a capacidade de conhecer e avaliar situações problemáticas, e partir delas organizar respostas. Podendo ser pessoas individuais, grupos, redes, organizações ou até mesmo macroatores, como governo, igreja ou organização internacional (LONG, 2007). De acordo com Gazolla (2012), deve-se

ter cuidado para não supor que as organizações, como movimentos sociais, atuam em uma única direção e voz, evitando assim uma sobrevalorização.

Outra importante noção desta perspectiva é a agência humana por compreender que os atores sociais são centrais, valorizando a forma como os próprios agricultores moldam seus padrões de desenvolvimento.

É central para a noção de ator social o conceito de agência humana, que atribui ao ator (individual ou grupo social) a capacidade de processar experiências sociais e inventar caminhos para responder a situações problemáticas. Agência é composta por relações sociais e pode somente tornar-se efetiva através delas. Ela requer capacidade de organização. Agência efetiva, então, requer a geração/manipulação de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (como reivindicações, solicitações, informação, tecnologias e mercadorias) através de certos pontos nodais. No sentido de realizá-la, torna-se essencial para os atores ganharem batalhas pela atribuição específica de significados sociais e ações e ideias particulares (LONG, 2001, p. 182).

A agência coloca os atores no centro das atenções, pois são atribuídos de capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida mesmo em situações de extrema coerção. Pois são “detentores de conhecimento” e “capazes”, procurando formas de resolver os problemas, aprendendo como intervir no fluxo de eventos sociais e monitorando suas próprias ações (LONG, 2007, p. 48). A noção caminha em direção contrária ao individualismo metodológico, pois compreende que o indivíduo sozinho não poderá realizar mudanças sociais, intervir no ambiente ou até mesmo gerar processos inovativos. A abordagem coloca os atores em permanente interação, com contatos constantes, em redes e na troca de conhecimentos (GAZOLLA, 2012).

Para operacionalizar o conceito de agência dos agricultores é preciso estudar as relações sociais, que vem de encontro com as três noções que o conceito atribui aos atores sociais, as quais: poder, conhecimento e interface. Segundo Long (2007) o poder é importante para a análise, por trazer a discussão dos projetos entrelaçados dos atores, que são compostos por conjuntos heterogêneos de relações sociais, sendo repletos de valores, significados, autoridade, controle, dominação e subordinação. Já a noção de interface evoca a situação de confronto entre dois sítios sociais, ocorrendo de maneira complexa, pois contêm muitos interesses, racionalidades e poderes envolvidos. E a análise destas situações enfoca os pontos de confrontação social dentro dos domínios institucionais de conhecimento e de poder. A última noção requer um olhar de como se dá a construção do conhecimento pelos atores sociais, a partir da base de suas próprias experiências e entendimentos, em

encontro com o dos outros, através dos processos de interação, formação de redes e contatos. O sub-produto desse encontro de diferentes corpos de conhecimento emergem sempre de diálogo, reflexão e concorrências de significados.

O enfoque na perspectiva do sujeito está atrelado às mudanças nos paradigmas de desenvolvimento mostrando-se como uma revolução epistemológica (SARTRE; BERDOULAY, 2005). A análise centrada nos atores requer uma contextualização sobre os modelos estruturais de desenvolvimento, pois apesar das diferenças ideológicas, os dois modelos dominantes, a teoria da modernização e a teoria neomarxista, possuem semelhanças paradigmáticas, mas apontam para certas fraquezas analíticas. A primeira se reconhece como liberal e acredita nos benefícios do gradualismo, e a segunda, adota o ponto de vista mais radical e reconhece o desenvolvimento como um processo desigual que envolve exploração das sociedades periféricas (PLOEG; LONG, 2011).

Desde a Segunda Guerra Mundial, as perspectivas baseavam-se em conceitos de modernização, na dependência nos anos 1960, na política econômica nos anos 1970, e para definições de pós-modernismo nos anos 1980. As teorias sociológicas passavam a ter uma fragilidade do ponto de vista teórico, pois interpretavam nas forças externas o motivo para o desenvolvimento e mudança social nos países subdesenvolvidos, nos quais sofreriam fatalmente fortes impactos em sua autonomia (LONG, 1992).

Ambas as teorias neomarxistas e modernizantes enfatizam a tendência expansionista ao capitalismo, que conforme Long e Long (1992), não importam se a preeminência do estado está fundamentada em um modelo capitalista ou socialista, as tendências caminham para a incorporação e centralidade, assim ambos os modelos são contaminados por visões deterministas e externalistas de mudança social. Partindo da análise crítica de Giddens (1997) em buscar uma teoria que coloca fim aos esforços de formação de impérios, mas buscando nas ciências sociais um estudo da totalidade social, a partir da (re) elaboração de um modelo estrutural que atenda a heterogeneidade da ação social e por um novo paradigma. Desta forma Ploeg e Long afirmam que:

Todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, por isso elas são mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais. Da mesma forma, as forças sociais remotas e de larga escala alteram de fato as chances de vida e os comportamentos dos indivíduos, e elas só podem fazê-lo através da configuração, direta ou indireta, das experiências e percepções da vida cotidiana dos indivíduos em questão (PLOEG; LONG, 2011, p. 23).

Assim, a proposta desenvolvida por Ploeg e Long parte da perspectiva de análise orientada aos atores, na qual os indivíduos e grupos sociais devem ser compreendidos como “sujeitos ativos” na construção dos processos em que estão envolvidos. Portanto, os atores sociais não só respondem às pressões externas, como também participam do processo de construção e mudança social (MENEZES; MALAGODI, 2011). De acordo com Long, a essência dessa perspectiva parte da experiência de vida cotidiana e na compreensão de mulheres e homens, “sejam eles pobres, camponeses, empresários, burocratas governamentais ou pesquisadores” (LONG, 1992, p. 5).

Segundo Schneider (2014) a compreensão das estratégias dos atores, para Long (2011) está condicionada ao entendimento da dinâmica das redes sociais e sociotécnicas que representam espaços de relações desiguais e parciais que comportam modelos de centralização e hierarquização fundados em relações de poder, que originam estratégias reprodutivas e estilos de agriculturas diversas. De acordo com Carvalheiro e Garcez:

É importante enfatizar que uma abordagem orientada aos atores não é pesquisa de ação, mas uma abordagem teórica e metodológica para o entendimento de processos sociais. Ela é primariamente preocupada com análise social, não com o projeto ou gerenciamento de novos programas de intervenção. Seus conceitos analíticos guia são: agência e atores sociais. A noção de múltiplas realidades e arenas de conflito onde diferentes mundos e formas de vida e discursos se encontram e a idéia de encontros de interface, e interface em termos de descontinuidade de interesses, valores, conhecimento e força e heterogeneidade estrutural (CARAVALHEIRO; GARCEZ, p. 7, 2007).

Por considerar um campo analítico muito amplo onde acontecem as ações, desejos e decisões dos atores, Long (2007, p. 122) desenvolve a noção de “campo social, de “domínio social” e o de “arena”, no qual ligam as questões de espaço social e como eles se constituem ou se transformam. A noção de “campo social” trata-se de uma paisagem irregular com limites mal definidos, onde diferentes elementos são distribuídos, tais como: recursos, capacidades tecnológicas, componentes institucionais, indivíduos e grupos, bem como da estrutura física. A configuração dos elementos e das relações que constituem o campo são frutos da intervenção humana e não-humana, tanto a nível local como global, e podem ser resultado tanto de processos coletivos como competitivos (LONG, 2007).

O conceito de “domínio”, de acordo com Long (2007), é usado para identificar áreas da vida social, mesmo que não percebidos pela coletividade, por possuírem certas regras, valores e normas que implicam em compromisso social, que podem ser domínios com a comunidade, da produção e consumo, da família e Estado. A compreensão de domínios é

central para analisar como se criam e defendem as fronteiras simbólicas e sociais. Já a “arena” representa as situações sociais onde acontecem as disputas e embates de recursos, representações e valores, são sítios sociais e espaciais onde os atores sociais se confrontam, mobilizam relações sociais e retiram os meios para obter seus objetivos e continuar no jogo. Não ocorrendo confrontos frente a frente, e sim mobilizados por interesses, valores e competências locais, sendo um espaço que pode envolver um ou mais domínios, que buscam resolver interpretações e interesses dos atores (LONG, 2007).

Diante da contextualização apresentada até aqui, a abordagem dos atores para o desenvolvimento rural, representa um importante instrumental teórico-analítico para o reconhecimento da heterogeneidade do espaço rural. Assim, para realizar uma análise centrada nos atores locais e relacioná-la com o poder de agência na arena social, analisa também, as relações “micro-macro”, e a partir disso, como ocorrem às estratégias e conflitos. Em suma, torna-se necessário entender que a promoção do desenvolvimento rural influencia diretamente a vida das pessoas e, a partir dessa compreensão entender como elas respondem às pressões externas e participam do processo de construção e mudança social.

3 FÓRUM PELA VIDA: UMA CONSTRUÇÃO A MUITAS MÃOS

A partir da abordagem empírica adotada, a proposta desse capítulo é trazer elementos que permitam traçar a trajetória do Fórum pela Vida na região noroeste do Rio Grande do Sul, de maneira a empreender uma análise das dinâmicas de organização e articulação entre distintos atores sociais. Neste sentido, estarão, aqui, identificados os atores envolvidos, suas agências e construções de sentidos e significados para a ação social, especialmente tomada a interface entre projetos de desenvolvimento, o rural e a *saúde*¹⁴.

Como mencionado no Capítulo 1, o Fórum pela Vida na região noroeste é um processo organizativo local/regional que deriva de outros processos mais amplos que tiveram abrangência estadual. Desta forma, não há como traçar sua trajetória sem trazer alguns dos aspectos que caracterizam tais processos, em especial sobre o Projeto Plantas Vivas, desenvolvido com apoio da Assembleia Legislativa do RS e que mobilizou grandes contingentes de pessoas interessadas ou envolvidas com as temáticas das plantas medicinais, saúde, produção de medicamentos, políticas públicas, proteção da biodiversidade, dentre outras. As seções seguintes, então, entrarão nas características e aspectos específicos relacionados às ações localizadas do Fórum.

3.1 PROJETO PLANTAS VIVAS: UMA AÇÃO ESTADUAL¹⁵

A relação entre plantas medicinais e reivindicações por melhores condições de vida e de saúde não é recente, como também não é a tradicionalidade ligada ao uso de recursos da natureza em processos de prevenção e cura. No entanto, o foco a seguir trata de aspectos da organização social em torno dessas temáticas e problemáticas. Tomando alguns aspectos sobre o início de uma organização mais específica, pode-se destacar que uma das primeiras ações com abrangência estadual organizada no RS foi à criação da Comissão Estadual sobre Plantas Mediciniais, um grupo de caráter interinstitucional e multidisciplinar formalizado

¹⁴ Importante registrar que a noção de saúde empregada não está sendo problematizada ou colocada de forma normativa, a ideia é trabalhar com a noção 'nativa', conforme observado a partir dos atores e cujos significados vão ficando mais explícitos no decorrer do texto.

¹⁵ Esta seção se beneficia de algumas informações pessoais da Professora Flávia Charão Marques, em função de seu envolvimento e participação em eventos e projetos aqui mencionados.

durante o Primeiro Encontro Estadual sobre Plantas Medicinais, ocorrido em 1994, e que teria precedido e influenciado a criação do Fórum pela Vida (CHARÃO-MARQUES, 2009). Já em 1998, foi estabelecido o Projeto Plantas Vivas que daria origem ao Fórum pela Vida, abrigado pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, porém, contanto com amplo envolvimento popular e de organizações governamentais e não governamentais. O Primeiro Seminário Plantas Vivas ocorreu em julho de 1998, resultando em um documento compromisso, chamado de “Carta de Porto Alegre - Plantas Vivas para uma Sociedade Viva”, os participantes signatários eram de órgãos públicos do poder executivo, instituições de pesquisa, universidades, organizações populares, sindicatos, profissionais de diversas áreas e outras organizações. O trecho abaixo se refere à Carta e demonstra a abrangência da proposta política e especificamente o tensionamento do Estado para a valorização e produção de medicamentos fitoterápicos, que se constituía em uma das diretrizes mais significativas na época.

[é necessário] Reverter a lógica baseada na dependência, onde o medicamento surge como um instrumento de dominação técnica e econômica, a partir da qual são definidas e implementadas políticas públicas claramente antagônicas aos interesses populares e nacionais; que para isso, um dos caminhos é tomar a decisão política de que o Brasil, país rico em recursos humanos e naturais, pode e deve estabelecer um projeto que alie a maior biodiversidade do planeta com a formação de recursos humanos para o desenvolvimento de tecnologias que viabilizem a produção, com qualidade e menor preço, de medicamentos que atendam às necessidades da população; que esse projeto tem, como início, as várias experiências que se encontram em desenvolvimento no Estado, integrando os saberes científico e popular, que se manifestaram e se posicionaram nesse seminário; que é preciso dar consequência objetiva a essas experiências, a partir do comprometimento do poder público, em todos os níveis, para que em nosso Estado seja implementado um sistema de saúde que assegure a universalidade, a solidariedade e a saúde como um direito de todos, onde se inclui a produção de medicamentos fitoterápicos com qualidade (CONY, 1999, p. 175).

Esse primeiro seminário marca o início da trajetória do Projeto Plantas Vivas, que buscava a criação de uma cadeia produtiva de fitoterápicos pelo estabelecimento de polos regionais, que contemplassem ações coordenadas e infraestrutura de produção de plantas medicinais e demais matérias-primas destinadas para produção de fitoterápicos. Para isso, o debate e o documento apontavam que era necessário investimentos e o apoio de políticas públicas. Para algumas das reivindicações o Seminário conseguiu dar visibilidade e consequência, por exemplo, uma bastante emblemática foi à proposta de instalar um dos

polos regionais no município de Panambi¹⁶, com o estabelecimento de um laboratório para produção de medicamentos fitoterápicos.

Figura 1 - Projeto Plantas Vivas: logotipo do evento



Fonte: Cony (1999).

Logo que foi lançado o Projeto Plantas Vivas, o Fórum pela Vida foi criado com a estratégia de responder ao objetivo estabelecido na Carta de Porto Alegre, “promover à integração entre os saberes popular e científico (tradicional e acadêmico) para que o uso das plantas medicinais seja universalizado, com eficácia, segurança e qualidade” (CONY, 2004, p. 10). O Fórum pela Vida estava organizado inicialmente em sete regionais, que correspondiam à divisão organizativa da Secretaria Estadual de Saúde: Vales, Sul, Centro-Oeste, Norte, Serra, Missioneira e Metropolitana. No ano seguinte, em 1999, foi publicado o primeiro livreto¹⁷ contendo a memória das discussões realizadas no primeiro seminário e trazendo uma a síntese das palestras e deliberações.

¹⁶ Este projeto viria a avançar muito em sua dimensão política e prática, articulando esforços locais, estaduais e federais, no entanto, nunca foi plenamente desenvolvido.

¹⁷ Este material e outros que se sucederam foram publicados com recursos da Assembleia Legislativa, via cota orçamentária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e, mais tarde, do gabinete da deputada estadual Jussara Cony, também coordenadora geral do Fórum pela Vida.

Inicialmente as regiões fronteira noroeste e missões não faziam parte do Fórum pela Vida, sendo a regional Missioneira a mais próxima, que tinha como referência a cidade de Ijuí. Somente mais tarde as regiões integrariam o FPV formando um núcleo próprio, pois apesar de serem próximas geograficamente, possuem trajetórias diferenciadas, demonstrando um pouco da heterogeneidade nos contextos locais.

Os encontros regionais do Fórum pela Vida tinham a função de sedimentar a integração entre as várias experiências no estado, e, a partir delas, constituir projetos regionais, envolvendo a União, o Estado e os municípios, através do apoio político, financeiro e técnico para garantir a implementação dos pólos regionais de produção de medicamentos fitoterápicos. A partir desses encontros, vários atores locais começaram a se reunir como prefeituras, câmaras de vereadores, conselhos municipais de saúde, movimentos sociais, pastorais da saúde, universidades, Emater e outros (CONY, 2000). A primeira que se pode fazer é de que a realização dos seminários regionalmente, primeiro, contribuíram para consolidar o Fórum pela Vida como uma articulação de muitas forças políticas e atores sociais, além disto, fomentaram discussões localmente, que para além do debate das ações do fórum, acabavam por mobilizar diferentes setores da sociedade que, até então, não se encontravam de maneira inter-setorial. Assim, a coordenação das regionais, chamada aqui de ‘núcleo’, havia de enfrentar interesses opostos, disputas políticas e buscar soluções para tais problemáticas, desempenhando um papel de mediador não só nas proposições designadas, mas entre as disputas locais.

No ano de 1999, quando foram realizados os primeiros encontros nas regionais do FPV, foram reunidas 1.402 pessoas distribuídas, conforme o Tabela 1, que com o passar dos anos ampliou-se devido a criação de mais núcleos regionais. Uma das regiões onde houve a maior participação dos atores locais foi a Missioneira, demonstrando desde o início o interesse despertado pela temática das plantas medicinais e políticas públicas.

Tabela 1 - Número de participantes na primeira edição dos Encontros Regionais do Fórum pela Vida, em 1999

| 1º ENCONTRO REGIONAL DO FÓRUM PELA VIDA | |
|--|----------------------|
| REGIÃO | PARTICIPANTES |
| SERRA | 195 |
| MISSIONEIRA | 298 |
| SUL I | 128 |
| CENTRO-OESTE | 126 |
| NORTE | 165 |
| SUL II | 110 |
| DOS VALES | 250 |
| METROPOLITANA | 130 |
| Total | 1402 |

Fonte: elaborado pela autora, com dados de Cony (2000, p. 17).

A partir dos encontros regionais do FPV foram elaborados relatórios contendo diversas propostas para o cumprimento das metas definidas, sendo discutidas no 2º Seminário Estadual do Projeto Plantas Vivas realizado ao final de 1999. As contribuições resultaram numa sistematização das propostas que abordaram os temas detalhados a seguir. Cooperativismo: visando o incentivo à criação de cooperativas de plantas medicinais, para produção e acesso aos mercados. Agricultura: propondo a organização dos agricultores para produção agroecológica de plantas medicinais, programas de capacitação, desenvolvimento de agroindústrias, assistência técnica, promoção à multiplicação de sementes, mudas, cultivo, produção e preservação. Ensino: implementação de projetos em escolas de 1º e 2º graus com objetivo de criar hortos medicinais e assim discutir temas como saúde preventiva, educação ambiental, agroecologia, dentre outros, entrando na base curricular, por se tratar de uma temática transversal. Na universidade: realizar convênios de cooperação para cursos de extensão para produção de plantas medicinais, realizar pesquisa científica e estudos das tradições populares, dentre outros. Legislação: acesso ao conhecimento da legislação, com subsídios para elaborar e/ou modificá-la. Também, foram encaminhadas propostas destinadas à União, Estado e municípios, especialmente visando ações integradas para incentivar a pesquisa, financiamento, formação de recursos humanos, projetos piloto de agroindústrias em Plantas Medicinais, *etc.* (CONY, 2004).

Após a sistematização, algumas ações foram realizadas para dar seguimento às metas definidas nos Fóruns regionais, talvez a mais significativa tenha sido a solicitação para que o governo estadual criasse uma Comissão Intersecretarial de Plantas Medicinais de modo a encaminhar e coordenar o debate para o estabelecimento de uma Política Estadual de Plantas

Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos. Em resposta a essas reivindicações, o governo estadual¹⁸ institucionalizou, em 2000, tal comissão. E, durante a realização do 3º Seminário Estadual em 2001, o governo estadual apresenta o projeto para criar a Política Intersectorial de Plantas Medicinais. Estes são desdobramentos importantes da mobilização estimulada pelo Fórum, sem, todavia, desconsiderar que foram muitas as pessoas e organizações que fizeram o debate e as pressões políticas para que a política fosse desenhada. Outro exemplo de desdobramento das articulações promovidas no âmbito do Fórum são parcerias estabelecidas para realizar cursos de qualificação por dentro do Programa Qualificar-RS, realizados a partir de 2000, e que tinham como tema as plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Os cursos eram destinados à capacitação de gestores públicos e agricultores familiares. O esforço multi institucional envolveu o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a Emater/RS e a UFRGS.

Ainda, durante a realização do terceiro seminário foram criadas mais duas regionais que passaram a integrar o Fórum pela Vida, Campanha e Noroeste (chamada inicialmente de Grande Santa Rosa), totalizando assim nove regionais.

Figura 2 - Participação do FPV Fronteira Noroeste no Seminário Estadual do Projeto Plantas Vivas, Porto Alegre, 2003



Fonte: acervo EMATER.

Em cada seminário estadual, novas contribuições e propostas chegavam da ação coletiva dos fóruns com o objetivo de fomentar o cultivo e uso das plantas medicinais. Uma

¹⁸ Registra-se que o governo estadual na ocasião estava sob o comando do Partido dos Trabalhadores, trata-se do chamado 'Governo Democrático e Popular' (Governador Olívio Dutra).

das conquistas foi à aprovação da Lei Estadual 11.858/2002 que institui a ‘marcela’ (*Achyrocline satureioides*) como planta medicinal símbolo do Rio Grande do Sul, por se tratar de uma espécie nativa de uso medicinal e religioso (RIO GRANDE DO SUL, 2006a). Este tipo de desdobramento das ações acaba por dar mais visibilidade para os debates e, assim, chamar atenção para os temas e estimular a participação.

Em paralelo às ações do Projeto Plantas Vivas, é criada a Rede de Implementação da Cadeia Produtiva de Fitoterápicos (Rede Fito/RS), no ano de 2001, uma articulação entre o governo estadual, universidades, centros de pesquisa, agricultores e empresas para promover e fortalecer a base tecnológica local para a cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos. Dentre os objetivos da Rede Fito/RS, constava implementar a base tecnológica necessária ao segmento farmacêutico; intensificar a relação do poder público com as universidades e empresas; contribuir com a disponibilização de medicamentos fitoterápicos para o SUS; aproximar as empresas farmacêuticas gaúchas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento visando sua adequação a legislação e modernização tecnológica; dotar os centros de pesquisa gaúcho de condições de cooperação técnica com a indústria local e ampliar as possibilidades de mercado para as empresas farmacêuticas gaúchas (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

As ações da Rede Fito/RS mobilizaram diversos atores desde agricultores familiares até a indústrias para a realização de diversas atividades como reuniões, seminários, visitas técnicas, eventos de capacitação dentre outros. Mas, o desafio de implementar a cadeia produtiva estava distante de se concretizar, pois a iniciativa necessitava de recursos financeiros para ser efetivada. Assim, a Rede Fito/RS com o passar dos anos foi perdendo o apoio político por parte do governo estadual, seu principal gestor, persistindo somente até 2006.

Uma das ações iniciadas pela Rede Fito/RS e que gerou desdobramentos interessantes foi um projeto de apoio a iniciativas que envolviam a geração de conhecimento pela integração e participação dos atores envolvidos na produção e processamento de plantas medicinais, como agricultores, extensionistas, pesquisadores, gestores, dentre outros. O projeto angariou apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), passando posteriormente a gestão para a esfera federal. Assim, em 2003, o projeto original é ampliado e é lançado o Programa de Plantas Medicinais do Mercosul (PLAMSUR), que destinou

recursos financeiros para projetos voltados ao desenvolvimento de plantas medicinais no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina (BRASIL, 2007).

No 4º Seminário Estadual, realizado em 2002, as atenções se voltavam para a implementação e monitoramento da Política Intersetorial de Plantas Medicinais que começava a entrar em vigência. No mesmo ano, o Fórum pela Vida participou da criação de uma rede envolvendo países do Mercosul chamada de Mercofito. A rede visava o debate sobre uso de fitoterápicos nos sistemas de saúde nos países membros, também, buscava promover o desenvolvimento de pólos produtivos regionais pela incorporação de cultivos de plantas medicinais, de conscientizar a população sobre o uso racional das plantas medicinais e de criar uma farmacopéia do Mercosul (ITAIPU BINACIONAL, 2007). Sua criação incentivou a formação de uma rede de cooperação entre os países e suas entidades, sendo realizado, em 2002, o I Seminário Internacional de Medicamentos Fitoterápicos na cidade de Panambi (RS/Brasil). O segundo foi em 2006, na cidade de Foz do Iguaçu (Tríplice Fronteira), e, em 2007, o terceiro se realizou em Buenos Aires (Argentina), o último encontro foi em 2012, na cidade de Porto Alegre (RS/Brasil).

Quando o Projeto Plantas Vivas chegou a sua quinta edição de Seminário Estadual, no ano de 2003, diversas conquistas já se somavam na trajetória de organização e mobilização. Na ocasião, foi elaborada uma nova Carta ao Rio Grande do Sul que, dentre as reivindicações, solicitava a continuidade da Política Intersetorial no RS, o apoio ao Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica (realizado pelo Ministério da Saúde em 2003), e a participação do Fórum pela Vida na I Conferência de Assistência Farmacêutica (CONY, 2004). O documento também pautava o apoio às iniciativas em todo o Brasil que visassem à construção de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social, progresso, democracia e soberania nacional (CONY, 2004).

No 6º Seminário Estadual, realizado em 2004, o fórum decide por renovar os compromissos, dando continuidade à articulação estadual e solicitando ao governo federal a criação de uma comissão permanente interministerial para elaborar uma proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, dentre outras solicitações. Já no 7º Seminário, ocorrido no ano de 2005, é realizado o resgate da trajetória histórica do Fórum pela Vida, fica registrado, dentre outras coisas, o aumento das regionais, sendo, na ocasião, um total de dez: Sul, Centro-Oeste, Serra, Metropolitana, Missioneira, Vale do Taquari, Noroeste, Cruz Alta, Vale dos Sinos e Fronteira-Oeste.

No oitavo e último Seminário Estadual do Projeto Plantas Vivas, no ano de 2006, os desafios consistiam na vigilância (ou controle social) das iniciativas construídas pela organização e mobilização social, como a aprovação da legislação estadual e nacional para as plantas medicinais e fitoterápicos. Vale ressaltar que foram aprovadas, neste período, a Lei Estadual nº 12.560/2006 que cria a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos (RIO GRANDE DO SUL, 2006b), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos através do Decreto nº 5.813/2006 (BRASIL, 2006a), e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares a partir da Portaria nº 971/2006 (BRASIL, 2006c).

O Projeto Plantas Vivas teve participação na construção das principais políticas e programas para as plantas medicinais e fitoterápicos, desempenhando uma ação política que incorpora noções de valores ambientais e sociais. O importante a destacar, aqui, é o espaço político aberto pelo Fórum ao criar condições para articulações sociais e políticas diferentes das formas convencionais de participação política (*e.g.*, sindicatos e movimentos sociais caracteristicamente pautados pela 'luta de classes'). Ainda que abrigando muitos agentes públicos com diferentes filiações institucionais, a ação do Fórum pode ser considerada relativamente autônoma, em especial, pela capacidade de influenciar discursos e ações que contribuíram para a construção de legislações estadual e nacional, e da construção de outras organizações, como a Rede Fito/RS, Plamsur e Mercofito.

A participação de organizações não tradicionais no debate político, conforme abordado por Giddens (1996) e também por Beck (1997;1999), traz alguns elementos interessantes para a compreensão desta trajetória do Fórum. Segundo Giddens (1996), as práticas sociais foram influenciadas pela globalização, alterando os hábitos da vida local, mas também gerando possibilidade de ampliação da reflexividade dos atores. Parece ser justamente o exemplo trazido pelo FPV, se considerar as motivações que levaram os atores a mobilização social, ou seja, diante da globalização o conhecimento perito, representado pela indústria farmacêutica, tornou acessível a população uma gama de medicamentos e tratamentos de saúde, considerado por muitos como um avanço na área da saúde. No entanto, o conhecimento e práticas populares nesse processo sofreram questionamentos quanto a sua legitimidade, sendo aos poucos substituídos por conhecimentos 'externos' a realidade local. O colegiado do Fórum entendendo estas problemáticas e as implicações de ambos os processos, passou a refletir e propôs a união entre os dois corpos de conhecimento, o científico e o popular, por compreender que ambos possuem suas contribuições e um não

deve se sobrepor ao outro. Na ordem social pós-tradicional, a decisão dos atores aparece relacionada à reflexão e ao conhecimento, ou seja, ao incorporar a reflexividade, atribui-se novas responsabilidades, podendo ser interpretada como uma importante forma de ação política contemporânea.

Ainda sobre a reflexividade como moduladora de certas ações políticas, Beck (1997) incorpora a noção de "sociedade de risco" para explicar a ação do indivíduo como uma nova qualidade do político, por exemplo, pela expansão de sua preocupação ecológica, no momento em que os riscos associados ao desenvolvimento tecnológico passam a ser objeto do debate público. A atuação desses indivíduos passa então a se ser desenvolvida no espaço da "subpolítica", que diferentemente do sistema político oficial, envolve atores que são *outsiders*, assim como, processos que ocorrem "de baixo para cima". Os atores passam a participar do debate político, não só como agentes coletivos e sociais, mas também como indivíduos, neste aspecto, o autor vai enfatizar que daí surge uma forma de fazer "política radical", já que poderia levar a uma reconstrução do sistema político, por meio da delegação de poderes.

Para entender melhor a ação política do Projeto Plantas Vivas - Fórum pela Vida é possível recorrer a essa noção de subpolítica, na medida em que foram promovidas descentralizações na forma de organização e mobilização, favorecendo a entrada dos *outsiders* no debate. Sendo que a discussão sobre a saúde pública e mesmo a produção dos fitoterápicos é um campo dominado pelo "conhecimento perito".

Beck (1997) aborda a construção de fóruns de negociação, envolvendo peritos e não-peritos, como ampliação de um espaço para prevenir os riscos, com uma democratização dos processos decisórios, não ficando somente sob responsabilidade do conhecimento perito. Mas, o autor adverte que não seria uma "máquina de produzir consenso com sucesso garantido" e, também, não eliminaria conflitos entre as diferentes percepções (BECK, 1999, p. 108).

De qualquer modo, é relevante o fato de que o FPV teve influência sobre a construção de políticas (legislações) para as plantas medicinais. O quadro 1 demonstra a trajetória de algumas ações e políticas públicas implementadas durante a existência do Projeto Plantas Vivas.

Quadro 1 - Principais ações e políticas públicas desenvolvidas durante o Projeto Plantas Vivas

| ANO | AÇÕES |
|------|--|
| 2000 | (1) Proposta para constituição de Comissão Intersecretarial de Plantas Medicinais entregue ao governo estadual. |
| 2000 | (1) QUALIFICAR/RS: realização de cursos de qualificação na temática de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. |
| 2001 | (1) Projeto para criação de Política Intersetorial de Plantas Medicinais pelo governo estadual. |
| 2001 | (1) REDE FITO/RS: Rede de Implementação da Cadeia Produtiva de Fitoterápicos. |
| 2002 | (1) Lei que Institui a Planta Medicinal Símbolo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências - Marcela (Lei Estadual 11.858/2002); (2) Implementação da Política Intersetorial de Plantas Medicinais para o Rio Grande do Sul; (3) MERCOFITO: rede de países do Mercosul para criação de polos produtivos regionais de cultivos de plantas medicinais, criar uma farmacopéia do Mercosul dentre outras ações. |
| 2003 | (1) PLAMSUR: Programa de Plantas Medicinais do Mercosul; (2) Seminário Nacional de Plantas Medicinais. |
| 2006 | (1) Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências (Lei Estadual nº 12.560/2006); (2) Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006); (3) Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (Portaria nº 971/2006). |
| 2007 | (1) Convênio entre Assembleia Legislativa (Fórum pela Vida) e o Ministério do Meio Ambiente. |

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Apesar dos avanços em termos de políticas específicas para as plantas medicinais e fitoterapia, conforme demonstrado no quadro a cima, a articulação estadual do Projeto Plantas Vivas foi interrompida juntamente com o oitavo seminário. A avaliação é que isto aconteceu devido a ações desmobilizadoras, considerando que gestões sucessivas no governo estadual¹⁹ não priorizaram a devida continuidade das políticas públicas. Também, é

¹⁹ Cabe mencionar que a política de plantas medicinais e fitoterápicos no Estado teve uma tentativa de retomada, no Governo Tarso (2010-2014), com o lançamento da Política Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas, Condimentares e de Fitoterápicos, em junho de 2011. O principal objetivo deste lançamento, foi de reafirmar o compromisso na implantação da Lei nº 12.560/06, que regulamenta o uso de plantas

perceptível que muito pouco das ações abrigadas pela política nacional tiveram maior impacto ou visibilidade no RS. Outra avaliação possível é de que, como o Fórum, como um espaço político bastante institucionalizado se beneficiava do ambiente legislativo para realizar ações, com o final de mandatos da deputada estadual Jussara Cony, não foram construídas novas alternativas para a continuação do Projeto Plantas Vivas.

Neste sentido, o emaranhado de atores e organizações também enfrentou contradições, face à diversidade de composição e à flutuação de participação dos distintos grupos e entidades, ainda que, em diversos momentos, tenham sido firmados compromissos formalizados. A ação mais direta do Fórum parece ter se constituído efetivamente no diálogo com o Estado, exigindo recursos e reclamando direitos, porém as pautas expõem sua heterogeneidade e parece ter havido dificuldade em renovar lideranças.

No entanto, o Fórum pela Vida ampliou relações na medida em que foi incorporando um número cada vez maior de associações, movimentos urbanos, indígenas, sindicatos, ONG's e outras organizações atuantes em áreas como saúde, gênero, educação, agricultura, meio ambiente e outras. As relações se ampliaram porque representantes do Fórum foram trabalhando no sentido de aproximar-se a organizações de outros estados brasileiros e países do Mercosul (*e.g.*, Mercofito, Plamsur), mas também pelas inter-relações de outras magnitudes como com as Conferências Estaduais e Nacionais de Saúde e de Assistência Farmacêutica e com a Coordenação Nacional de Fitoterapia em Serviços Públicos (associação formalizada em 1994). No âmbito regional, as principais aproximações ocorreram com a Câmara Setorial de Plantas Mediciniais do Estado de Santa Catarina, Associação Catarinense de Plantas Mediciniais e Associação Estadual de Plantas Mediciniais do Paraná, que, durante algum tempo, mobilizou a chamada Rede Sul Brasileira pela Vida. No RS, não se pode deixar de identificar que a idealização e realização das Reuniões Técnicas de Plantas Bioativas, atualmente em preparo da décima edição, não estão desvinculadas da mobilização que, aqui, foi brevemente trazida. Com isto, se avalia que foram processos de intensa participação e articulação, que acabaram por deixar vários 'frutos'.

medicinais e medicamentos fitoterápicos como recurso terapêutico na rede pública de saúde. Outra ação foi a assinatura do Decreto nº 48.621, de 28 de novembro de 2011, que cria a Comissão Executiva da Política Intersetorial de Plantas Mediciniais e Medicamentos Fitoterápicos, em novembro de 2011, com a finalidade de promover e implementar a política instituída na Lei nº 12.560/06. Ambas as ações mobilizaram pessoas interessadas no assunto que faziam parte do quadro de funcionários das secretarias governamentais e órgãos públicos, no entanto, pouco avançou na sua concretização.

3.2 O FÓRUM PELA VIDA NA REGIÃO NOROESTE

Como enfatizado anteriormente, o Fórum pela Vida na região noroeste foi o único que persistiu a partir da desmobilização estadual do Projeto Plantas Vivas. É importante frisar que a sua inserção no projeto ocorreu no ano de 2002, mas localmente o trabalho com plantas medicinais já vinha sendo realizado através de algumas iniciativas locais como ações da extensão rural, da Pastoral da Saúde, do Programa Saúde Alternativa, dentre outros.

A constituição de um fórum de discussão sobre plantas medicinais, e que também reunisse as experiências locais, surgiu a partir de uma ideia lançada no 1º Seminário sobre Plantas Medicinais, realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, no ano de 2001. Inspirado no Fórum Missionário, a ideia tomou força após a participação de alguns atores locais no 3º Seminário Estadual do Projeto Plantas Vivas, que havia sido realizado em Porto Alegre. Localmente, a temática vinha sendo discutida, considerando que já emergiam algumas experiências, como o Programa de Saúde Alternativa em Santo Cristo, palestras em escolas, grupos de mulheres, exposição de plantas em feiras e eventos, oficinas em comunidades rurais, dias de campo, dentre outras.

Assim, a região da fronteira noroeste constitui uma Comissão Intermunicipal de Plantas Medicinais e uma Coordenação Regional do Fórum pela Vida, aderindo à proposta estadual, em 2002, quando é realizado o 1º Fórum pela Vida no município de Santa Rosa. Os municípios que passaram a compor o Fórum são da região de abrangência do COREDE Fronteira Noroeste e também da 14ª Coordenaria Regional de Saúde, sendo eles: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tuparendi e Tucunduva.

O objetivo da criação do Fórum foi de instituir um momento para que as pessoas na região pudessem trocar ideias e experiências, especialmente relacionadas à preservação, recuperação, valorização das plantas medicinais, além de pensarem juntas como construir propostas para um trabalho efetivo e articulado. Com o passar dos anos, as propostas transcenderam o evento e passaram a fazer parte das comunidades, materializadas em hortos medicinais em propriedades voltadas à atividade leiteira, por exemplo. De qualquer modo, o evento ainda ocorre anualmente e prevalece o rodízio entre os municípios da região, onde o

próximo fórum já é marcado no encerramento do evento em curso. Existe uma lista de municípios interessados em sediá-lo, demonstrando a importância do mesmo para as discussões sobre plantas medicinais e outros assuntos, como auto-organização comunitária, valorização do conhecimento popular, fomento à biodiversidade e trocas de mudas (Entrevista 1, março/2015). A tabela 2 traz a evolução do número de participantes, que se constitui em informação interessante para delinear a dimensão dos eventos, mas especialmente, a importância dada a ele, considerando que é significativa participação das pessoas da região.

Tabela 2 - Evolução do número de participantes no Fórum pela Vida Fronteira Noroeste.

| Município | Edição/Ano | Nº de Participantes |
|-----------------------|-------------------|----------------------------|
| Santa Rosa | 1º/2002 | 980 |
| Santo Cristo | 2º/2003 | 360 |
| Tucunduva | 3º/2004 | 651 |
| Campina das Missões | 4º/2005 | 673 |
| Alecrim | 5º/2006 | 575 |
| Três de Maio | 6º/2007 | 734 |
| Santa Rosa | 7º/2008 | 478 |
| Senador Salgado Filho | 8º/2009 | 535 |
| Cândido Godói | 9º/2010 | 832 |
| Porto Vera Cruz | 10º/2011 | 473 |
| Independência | 11º/2012 | 580 |
| Porto Mauá | 12º/2013 | 870 |
| Boa Vista do Buricá | 13º/2014 | 629 |

Fonte: elaborado pela autora segundo dados da Emater (2014).

Dentre estes muitos participantes, indicado no quadro acima, se encontravam agricultores familiares, extensionistas rurais, agentes de saúde, profissionais da saúde, agentes públicos de distintas organizações governamentais, pessoas ligadas aos movimentos sociais e sindicais, professores e estudantes de universidades, escolas técnicas e outras instituições de ensino, pesquisadores, pessoas ligadas a igrejas ou outras organizações religiosas, indígenas e suas representações, apenas para citar alguns. Em cada edição do Fórum, uma comissão municipal é montada, com a finalidade de organizar o evento,

escolhendo a temática, os palestrantes, oficinas e apresentações artísticas que se tornaram marcas dos eventos. A comissão, meses antes do evento, se reunindo periodicamente e envolvendo diversas entidades.

As impressões colhidas a partir das entrevistas permitem entender que a decisão sobre o município que sedia o Fórum, a composição da comissão organizadora e o tensionamento nas escolhas temáticas acabam por fazer do próprio processo de organização do evento uma “arena”. Embora esse espaço de disputa seja criado pelo encontro dos distintos atores “cara a cara”, é preciso entender que, embora a noção de arena evoque a imagem de um campo de batalha demarcado, nem sempre as arenas são delimitadas, muitas vezes, as disputas não ocorrem ali, mas invocam uma disputa de interesses, valores e competições sociais, podendo ocorrer em contextos institucionais externos e geograficamente distantes (LONG, 2007). Com isto, se analisa que o processo que vem ocorrendo anualmente no sentido de garantir infraestrutura e condições para o debate regional, tem sua ação ampliada pela criação de redes de atores que se mobilizam e fazem fluir ideias (e disputas), ampliando, então, a arena (no sentido de Long) a outros espaços e, especialmente levando a discussão para o cotidiano, inclusive, para o interior das diferentes organizações envolvidas.

Figura 3 - Fórum pela Vida Fronteira Noroeste, Porto Mauá, 2013.

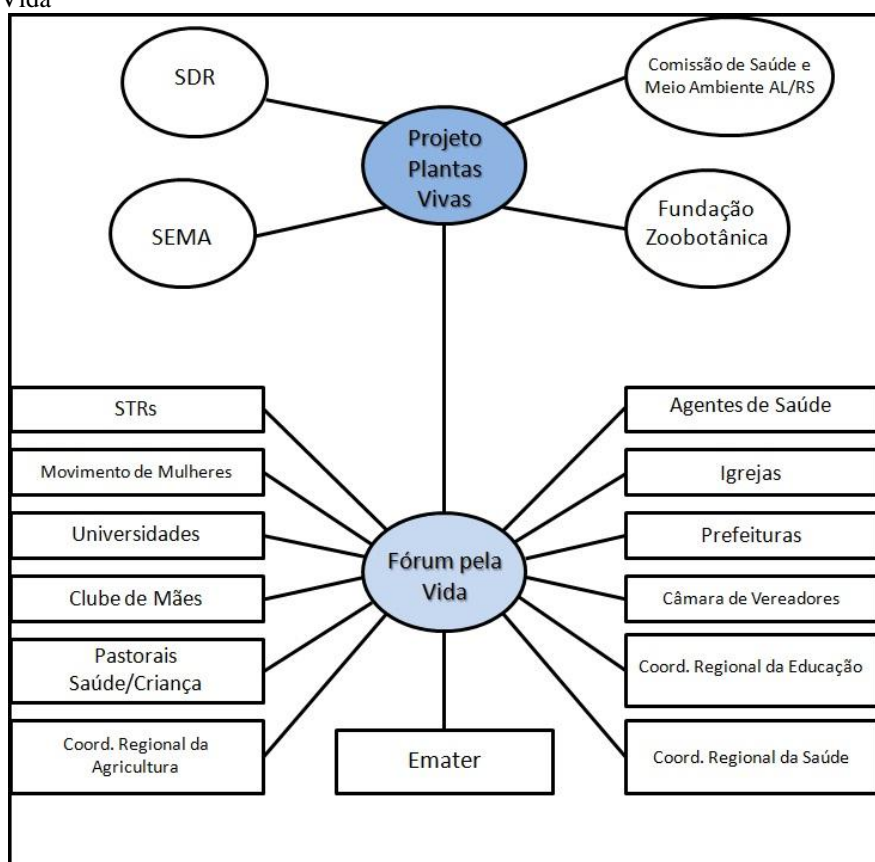


Fotos: acervo da EMATER (2015).

A análise documental das programações dos eventos mostra as parcerias estabelecidas entre organizações presentes na região e que mais ou menos se repetem mesmo com as mudanças de local dos eventos. Dentre as organizações destacam-se: Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Igrejas, Clubes de Mães, Secretarias de Saúde dos municípios, prefeituras

municipais, câmaras de vereadores e universidades da região. Os eventos eventualmente contaram também com apoiadores de setores públicos, que foram mobilizados dependendo de cada edição, sendo eles Assembleia Legislativa, Coordenadoria Regional de Agricultura, Coordenadoria Regional de Saúde, Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias de Estado como do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural, além da Fundação Zoobotânica.

Figura 4 - Representação gráfica das organizações participantes do Projeto Plantas Vivas e do Fórum pela Vida



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Para realização dos eventos as Comissões têm autonomia para buscar apoio e patrocínios, o que mobiliza muitas vezes as redes individuais de contato. Como no caso do 11º Fórum, realizado no município de Independência, que contou com o apoio de uma Instituição Financeira Cooperativa (SICREDI), Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai

Ltda (COOTRIMAIO) e uma agropecuária²⁰. Os apoios visaram auxiliar a divulgação, além de terem consistido na doação de materiais e de mudas, patrocínio dos almoços, dentre outros.

Com o passar dos anos, os organizadores perceberam a ampliação do público participante, sendo que outros municípios, de regiões próximas, começaram a manifestar interesse em sediar o Fórum, conforme Figura 5. Desta forma, eles decidem criar um novo fórum para contemplar os municípios da região das Missões²¹, sendo eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Figura 5 - Fórum pela Vida Missões, Caibaté, 2013.



Fonte: acervo Emater.

²⁰ Estabelecimento comercial destinado para comercialização de insumos, mudas, pequenos animais, ferramentas e maquinários para atividade agrícola.

²¹ Os municípios são organizados segundo o Corede Missões.

O destaque mais significativo, aqui, é que passam a existir dois Fóruns pela Vida, um na região fronteira noroeste criado a partir do Projeto Plantas Vivas, e outro na região das missões. O Fórum pela Vida Missões surge, então, no ano de 2013, com o envolvimento de diversos atores e organizações, seguindo a lógica organizativa da região fronteira noroeste, ou seja, com a criação de uma Comissão Intermunicipal, busca de apoiadores e formação de uma rede de atores e entidades. A tabela 3 traz o número de participantes nas duas edições do evento, demonstrando com bastante clareza a motivação das pessoas em manter o debate ativo e a vitalidade das organizações no que tange a sua capacidade de mobilização.

Tabela 3- Trajetória do Fórum pela Vida Missões

| Município | Edição/Ano | Nº Participantes |
|------------------|-------------------|-------------------------|
| Caibaté | 1º/2013 | 714 |
| Sete de Setembro | 2º/2014 | 1.280 |

Fonte: Elaborado pela autora segundo dados da Emater (2014).

Uma primeira avaliação possível é de que este segundo Fórum trata-se de um desdobramento dos processos sociais em andamento desde os anos 1990, mas, sobretudo, de uma ampliação das redes de atores possibilitada pela intensificação de capacidades de agência. Uma segunda ponderação é de que, como este ‘novo’ fórum surge fora da atuação de um projeto estadual, ele representa significativamente que tem havido uma intensificação na densidade de experiências locais e uma transversalidade entre temáticas ligadas às plantas medicinais e uma ação política mais ampla (*e.g.*, lutas da agricultura familiar, segurança e soberania alimentar) sem perder, contudo, o caráter da ação social local. Estes aspectos puderam ser apreendidos ao analisar as programações dos eventos ao longo dos anos, considerando novas relações que foram sendo estabelecidas.

Ainda, se pode argumentar que não foi perdida a atualidade do debate sobre plantas medicinais, tampouco, a necessidade da construção de espaços coletivos apesar de avanços identificados nas políticas públicas e eventuais ações de Estado na área. Além disto, percebe-se que as pessoas têm grande interesse pela troca de conhecimentos e aprendizagens. Pois, as plantas medicinais estão presentes na vida das comunidades rurais e na tradicionalidade envolvida no seu consumo. Em outras palavras, se politicamente o tema é atual e tensiona a política pública e reclama a atenção das autoridades, ele também se expressa na colheita da marcela na sexta-feira Santa, na procura por benzedadeiras, na busca

por qualidade de vida que passou a estar associada à diminuição do consumo de medicamentos convencionais e à substituição por ‘alternativos’ (*e.g.*, fitoterápicos, homeopatia, florais), considerando que todos estes elementos estão também presentes nos eventos.

3.3 TRANSVERSALIDADE DE TEMAS, INTERFACES DE CONHECIMENTOS

Um eixo importante da análise realizada com base nos documentos sobre os eventos, bem como das entrevistas com os envolvidos, trata-se do escopo temático debatido nos encontros. Desta forma foram identificados três grandes temáticas que, de certa forma, se repetem ao longo dos anos: políticas públicas, saúde humana e saúde animal.

A temática ‘política pública’ fez parte de vários fóruns, o que é mais ou menos natural na medida em que estava relacionada inicialmente ao projeto estadual. Assim, diversos painéis foram realizados para discutir localmente a política estadual e nacional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. Nestes debates, a presença de representantes do poder legislativo e executivo foi frequente. Uma avaliação é de que estas oportunidades acabaram por aproximar as relações políticas do âmbito estadual e nacional com as lideranças locais. A aproximação provocou, para além do debate sobre as políticas, o estabelecimento de parcerias para criar leis e programas municipais de incentivo ao cultivo de plantas medicinais e implantação de polos regionais para produção de fitoterápicos.

De outro ângulo, os debates ampliados também auxiliaram o trabalho que vinha sendo realizado nas comunidades rurais pelos agricultores familiares e pela extensão rural, criando intersecções entre domínios de ação dos diferentes atores. Segundo Long (2007), os domínios identificam áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central ou valores específicos, são circunscritos por regras, normas e valores que implicam em grau de compromisso social, muito embora nem sempre sejam percebidos da mesma maneira por todos os envolvidos. Ou seja, é possível identificar que a ampliação do debate também intensifica inter-relações entre movimentos rurais de mulheres, ação sindical, extensão rural, organizações locais (como Clube de Mães ou núcleos das Pastorais da Igreja Católica) evidenciando que os diferentes atores efetivam a ação em distintos domínios, mas constroem pontos em comum pela possibilidade de agência, que emerge das múltiplas relações que vão se estabelecendo. A partir da análise das programações

percebemos que a maioria dos fóruns tinha como início as discussões referentes às políticas públicas para, em seguida, realizar debates temáticos, que ora dialogavam com a saúde humana, no seu sentido mais amplo, ora com a saúde animal, como fitoterapia na bovinocultura de leite. Após análise das programações e afirmações realizadas nas entrevistas (Entrevista Lisete, Vanessa, Jorge, março/2015)²² constatou-se com o passar das edições, o debate sobre as políticas aparentemente vai perdendo espaço para temas que estão mais relacionados com o cotidiano das pessoas. Em parte, este esfriamento do debate parece ter relação com certa decepção em relação aos programas governamentais específicos.

Assim, o debate sobre as políticas passa a ser realizado com menor intensidade, nas edições dos anos 2006 até 2014. Porém, em 2011 se registra a volta da discussão da política estadual de plantas medicinais, com a participação da ex-coordenadora estadual do Projeto Plantas Vivas que, naquele momento, ocupava o cargo de Secretária de Meio Ambiente do RS. Esperava-se uma reaproximação com o governo estadual, visto que era considerado um "governo popular"²³, e a partir disso, a retomada de ações e políticas para as plantas medicinais e fitoterápicos, interrompidas no final do governo estadual de Olívio Dutra. No entanto, a pesquisa não identificou maiores desdobramentos com relação a esta tentativa de retomar a discussão em nível governamental. Desde as primeiras edições foram realizados debates que tinham como foco a saúde humana, estabelecendo uma clara relação com outro debate importante para a região, o uso de agrotóxicos na agricultura, colocando em evidência as consequências tanto para os consumidores, como para o ambiente. Estes temas são bons exemplos das transversalidades entre os assuntos e preocupações dos atores sociais que mobilizam os fóruns, neste caso, as plantas medicinais e o uso dos fitoterápicos parecem servir de 'ponte' ao permitir a relação entre o cuidado da saúde humana e a agricultura. Deste modo, painéis e oficinas realizados partiram com muita frequência da insistência no uso de manejos ecológicos para produção de alimentos, mas principalmente para produção das plantas medicinais consumidas, considerando que serão usadas em processos de cura e, em sua grande maioria, *in natura*.

Outras transversalidades podem ser percebidas na relação com as temáticas da saúde da mulher, da saúde do homem (especialmente trabalhando a prevenção), saúde do idoso,

²² Tais entrevistados são extensionistas da Emater/Santa Rosa e participaram das edições do Fórum pela Vida Fronteira Noroeste.

²³ O governo estadual estava novamente sob comando do Partido dos Trabalhadores (Governador Tarso Genro).

das terapias complementares, da ginástica laboral, da prevenção do câncer de pele, da humanização do trabalho e do combate à depressão, por exemplo, pelo estímulo às discussões sobre autoestima, dentre outros assuntos. Os interlocutores da pesquisa reportam que há uma percepção crescente de problemáticas que provém do cotidiano dos agricultores, como a exposição ao sol e o manuseio de agrotóxicos e a relação com a incidência de câncer, ou as dores musculares e as doenças produzidas pelo trabalho repetitivo. Isto permite analisar que da percepção ao compartilhamento público das preocupações há uma margem crescente da politização desses temas, aqui, mais uma vez se pode recorrer à noção de “sub-política” (BECK, 1997), porém, reforçada por essa entrada pela experiência, pelo vivido e não apenas pelo discurso.

Um valor específico e objetivo dado à realização dos fóruns é seu caráter *prático*, deste modo, as programações de praticamente todas as edições continham momentos que se pode chamar de facilitadores de trocas de conhecimentos e aprendizagem. É assim que as *oficinas* são consideradas a *cereja do bolo*, e elas versam sobre: produtos de higiene e limpeza; preparo de tinturas, essências, pomadas, xaropes caseiros; hidroterapia; homeopatia; plantas companheiras nas hortas domésticas; organização de hortos; controle ecológico de pragas nas hortas caseiras; plantio de plantas medicinais; cuidados com a alimentação e multimisturas²⁴; fitoterapia; confecção de travesseiros aromáticos (e outros artesanatos); aproveitamento integral dos alimentos, flores e plantas na alimentação, apenas para citar algumas. Esta característica formativa das oficinas tem uma estreita relação com o trabalho da Emater na região, considerando que as extensionistas sempre estiveram envolvidas muito de perto na organização dos fóruns, com maior ou menor apoio institucional a depender das conjunturas internas.

A Figura 6 traz o exemplo de outro eixo relevante da existência dos fóruns, a circulação de materialidades, em outras palavras, os eventos ao proporcionarem encontros entre as pessoas, estendem os significados do debate político para o mundo do concreto. Em todos os eventos ocorrem exposição e distribuição de mudas e sementes crioulas, além de feiras de trocas de mudas entre os participantes. Os relatos dão conta da riqueza destes encontros não apenas pelas trocas em si, que são interessantes ao incrementarem diversidades nas propriedades, mas também pelo tornar público a importância e o valor de

²⁴ Trabalho contra desnutrição levado a cabo pelas Pastorais, conhecido no Brasil todo. Trata do aproveitamento de folhas verdes e outros produtos para o preparo da multimistura, uma espécie de complemento alimentar rico em minerais.

‘coisas’ antes vistas como imagens de atraso e até de vergonha, ou seja, os recursos disponíveis na propriedade, como os chás e demais plantas medicinais.

Figura 6 - Distribuição de mudas e oficina de plantas medicinais, Porto Mauá, 2013



Fonte: acervo da Emater.

Em uma das entrevistas realizadas, uma das extensionistas relata que as coordenações municipais se preocupavam em demasia na organização de discussões, trazendo palestrantes de fora, e colocando relevância em certos temas, mas o interesse maior e foco dos participantes sempre foram às oficinas. A interlocutora afirma que a aprendizagem, muitas vezes, é entendida como primordial para melhorar os cuidados da saúde da família, assim como, é avaliada como potencial para a geração de renda, por exemplo, pela elaboração de produtos caseiros aprendidos nas oficinas, que podem vir a se tornar produtos para comercialização. Esta constatação levou os organizadores a ampliar o tempo das oficinas e reduzir as discussões, embora elas não tenham deixado de ser realizadas.

Vale ressaltar que, em duas edições, o foco as discussões foram organizadas com centralidade em duas plantas medicinais específicas. Em 2005, a marcela (*Achyrocline satureioides*), aquela escolhida como símbolo do RS, e, em 2006, o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), em especial porque o evento foi realizado no município de Alecrim. O caráter desses fóruns se deu de forma diferencial, pois, as discussões realizadas giraram em torno das plantas, colocando em evidência as propriedades medicinais, incentivando o cultivo e o consumo. Estes aspectos reforçam a intersecção entre os discursos produzidos, as interfaces de conhecimentos e a relação com elementos materiais, neste caso, as plantas em si.

Ainda cabe mencionar, que o tema da saúde animal foi crescendo em importância, no ano de 2008, foi realizada uma oficina chamada *qualidade do leite e plantas medicinais em animais*. Já, a partir de 2009, o tema passou a ser tratado como foco principal nas discussões. Por exemplo, estampado no material de divulgação está ‘uma vaca e um tarro de leite’. Neste mesmo ano, houve palestras sobre a importância das plantas medicinais para o tratamento dos animais, como forma de incentivar a substituição de antibióticos pela fitoterapia e homeopatia.

O extensionista Jorge (entrevista março/2015) explicou que, além de reduzir custos com medicamentos e antibióticos, a adoção de tratamentos alternativos recupera plantas e conhecimentos, além da autonomia dos produtores frente ao cuidado da saúde animal. Uma das principais plantas recuperadas e incentivadas na fitoterapia é a cobrina (*Tabernaemontana catharinensis*), árvore nativa do sul do Brasil, sendo encontrada também no Uruguai e Paraguai. Ela é considerada uma planta cicatrizante, antiinflamatória e analgésica sendo utilizada principalmente para prevenir a mastite e carrapatos nos bovinos. Ele conta, também, que se usa a planta em misturas como em detergentes, desinfetantes e sabão para lavar os animais.

É importante registrar que a bovinocultura de leite é considerada uma das principais atividades produtivas na região, sendo desenvolvida principalmente pela agricultura familiar e que, nos últimos anos, vive ‘altos e baixos’, em função dos preços pagos aos produtores, e a oligopolização das indústrias processadoras. Este aspecto ajuda a evidenciar as relações que vão sendo estabelecidas entre as problemáticas, pois, o debate ‘entra’ pelas plantas e conhecimentos associados, mas vai sendo permeado por outras questões políticas, considerando que a defesa das pequenas produções de leite tem sido bandeira dos sindicatos da região. Este eixo da análise reforça a transversalidade das temáticas, mas, em especial, a complexidade de relações que se estabeleceram ao longo dos anos, mesclando aprendizagem, a recuperação de plantas e conhecimentos, criação de dinâmicas sociais que parecem apontar o Fórum pela Vida como parte de um processo de ampliação da ‘margem de manobra’ dos atores.

As pessoas constroem pontes e gerenciam interfaces críticas que constituem intersecções entre seus diversos mundos de vida (ARCE; LONG, 1994), assim, dar ênfase às oficinas não necessariamente retira o caráter político dos encontros, e muito menos das articulações entre os atores que não se restringem aos eventos em si. A ampliação de processos de aprendizagem, faz parte ou incorpora múltiplos aspectos da vida social e dos

processos cognitivos nela envolvidos (LONG; PLOEG, 1994), em sendo assim, as transversalidades de temas parecem fazer surgir também novas demandas (as oficinas *práticas*, por exemplo) de maneira a contribuir para ampliação da capacidade de agência de todos os envolvidos nos processos.

4 AS MULHERES E AS PLANTAS: NASCE O PROGRAMA SAÚDE ALTERNATIVA

Com a entrada a campo e a pesquisa marcada pelo Fórum pela Vida, se pode dizer que um primeiro ‘mergulho’ foi feito nos processos de organização e nos discursos que foram conformando a mobilização social na região Noroeste. No entanto, logo ficou claro que o processo continuado de organização tinha origens ‘antigas’, que estavam relacionadas às experiências com plantas medicinais enraizadas localmente e que, em certa medida, ao mesmo tempo que instigaram o FPV foram por ele incentivadas. Algumas delas foram visitadas e acompanhadas no processo de investigação a campo, tendo sido inspiradoras para o andamento e definições da pesquisa.

Este é o caso do cultivo das plantas medicinais da Rosane, agricultora ecológica²⁵ de Santa Rosa, e do “relógio do corpo humano²⁶” da Escola Municipal Princesa Isabel, no mesmo município (Figura 7). Ambas as experiências guardam relação com o FPV, embora se refiram a iniciativas autônomas, ou seja, não coordenadas ou governadas pelo coletivo mobilizado pelo Fórum. No entorno da casa da Rosane e nas áreas remanescentes de mata nativa se encontra diversas espécies medicinais, e a agricultora reconhece cada uma e aponta suas finalidades no tratamento da saúde. Seu conhecimento é reconhecido, atraindo pessoas da cidade que buscam o saber e os *chás*²⁷ quando precisam. Ela conta que algumas pessoas procuram este tipo de tratamento justificando que seus pais e avós já utilizavam determinadas plantas medicinais. Na escola, há o envolvimento da comunidade e um trabalho pedagógico com os alunos, com o ‘relógio’ sendo utilizado no ensino de ciências em diálogo com outras disciplinas. Os alunos é que realizam a manutenção do ‘relógio’ com ajuda da comunidade e de agentes de saúde, estes últimos podem fazer uso dos *chás*, caso necessário em seu trabalho com as famílias do entorno. A diretora da escola explica que o trabalho incentivou as famílias a cultivarem também em suas propriedades as plantas medicinais, promovendo um resgate de conhecimentos e biodiversidade, considerando que

²⁵ A família tem na produção de hortaliças com certificação orgânica pela Rede Ecovida, e a comercialização de panificados e compotas diretamente na propriedade sendo as principais atividades econômicas.

²⁶ O Relógio do Corpo Humano é uma metodologia de trabalho que vem sendo usada há vários anos pela Emater/RS para divulgar o trabalho com as plantas medicinais, se caracteriza por um formato de relógio na construção um de horto medicinal, como cada horário correspondendo a um órgão do corpo humano e planta correspondente usada para sua cura.

²⁷ Note-se que é bastante comum a referência às plantas medicinais como *chás*, provavelmente fazendo menção à forma mais comum de uso destas espécies.

muito havia sido perdido pela predominância de monoculturas e o uso contínuo de herbicidas.

Figura 7 - Vista dos cultivos de plantas medicinais na propriedade rural da Rosane, esquerda, e do relógio do corpo humano na Escola Municipal Princesa Isabel, direita, Santa Rosa, abril, 2015



Fonte: Fotografias da autora (2016).

Embora seja identificável um trabalho sistemático da extensão rural no incentivo e suporte a iniciativas desta natureza na região, é também importante registrar que muitas emergem das práticas cotidianas, muitas vezes, orientadas pelo que chamam *tradição*, dando a entender que há uma relação com conhecimentos de seus ancestrais e/ou prévio às modernizações. Tais práticas estão especialmente associadas às mulheres, seja no ambiente privado (nas suas propriedades rurais) ou público (escola, sindicato e igreja). A observação das práticas enraizadas localmente leva à reflexão central proposta neste capítulo, que parte do aprofundamento do estudo sobre as dinâmicas de organização e as interfaces de conhecimentos mais especificamente ligadas ao trabalho com plantas medicinais conduzido por mulheres no “Programa Saúde Alternativa de Santo Cristo”. O Saúde Alternativa surgiu antes mesmo da constituição do FPV na região Noroeste, tendo sido fundamental para a criação do Fórum, uma vez que foi a partir de um Seminário sobre Plantas Medicinais realizado em Santo Cristo que uma moção foi encaminhada à coordenação estadual do FPV manifestando o interesse em criá-lo na região. Esta experiência acabou por se mostrar interessante no intento de buscar responder as questões que haviam sido estabelecidas.

4.1 O PROBLEMA ERA SEMPRE A SAÚDE

No trajeto até Santo Cristo, que é um dos municípios que faz divisa com Santa Rosa, vai ficando evidente a influência da imigração alemã, até mesmo as conversas ouvidas dentro do ônibus dão esta mostra, são palavras em alemão misturadas ao sotaque característico, que também viriam a marcar as conversações durante a pesquisa. Os colonizadores que chegaram à de Santo Cristo eram na sua maioria descendente de alemães católicos oriundos das chamadas Colônias Velhas. O sitio WEB da Prefeitura²⁸ aponta que o município primeiramente foi denominado “Colônia Boa Vista”, tornando-se distrito em 1932, mas teve o nome alterado para Santo Cristo, devido ao fato de se encontrar naquelas terras a “erva-de-cristo”, planta medicinal considerada uma “erva santa” para os religiosos.

A referência à imigração alemã e a importância dada à erva característica daquele lugar, somadas a influência significativa da presença indígena na região (já mencionada no Capítulo 1) vão dando mostras do emaranhado de elementos que compõem o contexto onde se desenrola a experiência do Programa Saúde Alternativa. O Programa é chamado corriqueiramente de *farmacinha alternativa* e funciona junto à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo (Figura 8), na qual localiza-se também a Cooperativa dos Produtores de Santo Cristo (COOPASC), a direita da figura, o prédio administrativo do STR, a esquerda, e no corredor que separa ambos os prédios o Programa Saúde Alternativa.

A trajetória de criação do Programa está relacionada à ação política do movimento de mulheres na região. Elas contam que, percebendo a necessidade de conhecer e discutir sobre as plantas medicinais e saúde, buscaram meios para constituir um espaço coletivo de conhecimento e de tratamento para as enfermidades da família e comunidade.

²⁸ <http://www.santocristo.rs.gov.br/>

Figura 8 - Sede STR de Santo Cristo, 2015



Fonte: STR Santo Cristo (2016).

É importante reconstituir um pouco como foi o início da aproximação. Uma das primeiras atividades acompanhadas na pesquisa de campo foi a celebração do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher -, realizada na comunidade rural, Linha Dona Belinha (Figura 9). No dia, diversas atividades estavam programadas, mas tudo começou com a realização de uma missa parte conduzida pelo padre local e parte pelas próprias mulheres. Durante a celebração religiosa, a história do sindicalismo, do movimento de mulheres, do Programa Saúde Alternativa e de outras lutas da agricultura familiar, como educação, documentação, moradia foram lembradas. Ficava de princípio marcada a importância dessas *conquistas* para as mulheres e para a comunidade. Outro detalhe observado é que dentre as canções entoadas como prece, uma foi cantada no idioma alemão, e foram poucas as pessoas que não a acompanharam.

Figura 9 - Celebração Dia Internacional da Mulher, Linha Dona Belinha, Santo Cristo, 2015



Fonte: Fotografias da autora (2016).

A trajetória de lutas contada durante a celebração do Dia Internacional da Mulher faz parte do processo de constituição do Saúde Alternativa, o que corrobora com a primeira impressão de que a farmacinha foi criada, pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG). Em conversa realizada na propriedade rural da ex-coordenadora do movimento de mulheres de Santo Cristo, Inês, que atuava na época que antecedeu a criação do Programa e, organizava os encontros de mulheres para tratar sobre vários assuntos.

[A farmacinha surge] da necessidade, porque tudo que tu chamava as mulheres o problema era a saúde, pois são as mulheres as que mais se preocupam com a saúde, inclusive na criação do grupo de gestantes, nós chamávamos uma enfermeira de Ijuí, porque era uma precariedade, não tinha enfermeira formada na região naquela época. De Santa Rosa, as mulheres pediam alguém que explicasse o que dava para tomar de chá durante a gravidez, daí, chamamos a extensionista da Emater que, na época, veio fazer o curso com nós. Ela veio numa reunião, aí acharam que tinha que ampliar, assim chamei um seminário em pleno sábado, acho que juntamos umas 50 mulheres para aprender sobre ervas (Inês, em 22/07/2015).

Em especial, no meio rural, são as mulheres identificadas como as que conhecem as plantas e seus usos, assim como, as que têm a responsabilidade de cuidar da saúde da família e da comunidade. Tal cuidado parece estar associado ao desenvolvimento do que elas identificam como uma consciência ecológica, mas também à tradição atribuída a suas mães e avós, ao envolvimento com a comunidade e à mobilização política (CHARÃO-MARQUES, 2008; CHARÃO-MARQUES et al., 2015). Segundo Carvalho et al. (2008), mesmo com todos os esforços de explicar o papel “cuidador” das mulheres sob distintas

abordagens, o fato é que cuidar do outro continua pragmaticamente ligado ao universo feminino, mesmo nas sociedades contemporâneas e mais democráticas em termos de avanços nos direitos e tratamento igualitário entre homens e mulheres.

Para Inês, durante os encontros que tratavam sobre plantas medicinais, “*tinha muita gente que sabia, mas muitas vinham para se aperfeiçoar e ter a certeza que era isso mesmo, às vezes, as pessoas usavam os chás de maneira errada, usavam de qualquer jeito*”. Através dos encontros e seminários realizados para tratar sobre plantas medicinais e também sobre homeopatia, florais, fitoterápicos e outros tratamentos alternativos, elas avaliaram a necessidade de resgatar a *cultura de utilizar remédios caseiros*, como também de ter um local onde o conhecimento e os remédios estivessem acessíveis para as pessoas do município. A Clair, que era participante do MMTR e uma das fundadoras da farmacinha, conta que os cursos eram solicitados pelas próprias integrantes do movimento. Ela menciona que existiam casos de depressão nas comunidades rurais, também problemas relacionados à saúde da mulher e das crianças, dentre outros. A fala abaixo é emblemática para entender como certas relações foram se estabelecendo para fazer emergir o espaço que viria a se tornar a farmacinha e, de início, aparecem associações com outras terapias complementares, para além do uso ‘tradicional’ das plantas.

Veio uma naturalista no sindicato, e eu estava doente, não sabia o que era, então ela me disse, aplica linhaça com argila e toma própolis [...] até que fique melhor de saúde, e no outro dia eu já tava bem. E sabe, fui sentindo na pele, fui vendo o quando isso era importante, fundamental e necessário, porque não existia nada de concreto que as pessoas pudessem pegar, e não tinha ninguém capacitado para orientar daqui do nosso município (Clair, 20/05/2015).

A partir de sua própria experiência, Clair começou a avaliar a possibilidade de criar um espaço mais permanente, como constatamos em sua fala, “*eu achava importante a gente ter um lugar onde as pessoas pudessem pegar informações, que não ficasse só naquele dia da formação, porque se perdia muito*”. Assim, após inúmeros seminários e cursos realizados por intermédio do STR, algumas mulheres do movimento decidem criar um espaço de compartilhamento sobre os remédios caseiros, chás, fitoterápicos, homeopatias e outras terapias. Deste modo, no dia 29 de outubro de 1996, é lançado o Programa Saúde Alternativa pelo movimento de mulheres com apoio do STR, da Cooperativa de Eletrificação Rural Fronteira Noroeste (COOPERLUZ) e da Paróquia Ascensão do Senhor, conforme podemos constatar no trecho retirado do Livro Ata:

No dia vinte e nove de outubro de 1996 na sede do STR foi o grande dia de lançamento do Programa Saúde Alternativa, que contou com expressivo número de pessoas, sendo a palestrante Inês Benedetti coordenadora da ARCOS, Programa de Saúde Alternativa de Rodeio Bonito e do presidente do STR dessa cidade que explanaram sobre o tema saúde preventiva e alternativa através do uso de ervas medicinais, uso correto de ervas e suas propriedades, uso da água, uso da argila e da importância da participação popular nesse trabalho. Na parte da tarde foi feita a abertura oficial ao público, sendo que a partir desse dia começou-se atender ao público (Livro de Atas do Programa Saúde Alternativa, 1998, p. 03).

Long (2007) sugere que uma “agência efetiva” requer uma rede de relações sociais e a canalização de informações, reivindicações e tecnologias. Nesse caso, se pode relacionar a criação do Programa à agência angariada, tendo sido central a mobilização dos apoios necessários para a construção da iniciativa. Abaixo, um comentário da Clair que ajuda a compreender melhor como tais relações vão dando margem para a ampliação das capacidades de agência.

O movimento de mulheres apoiou, então, na verdade eu que encabecei [...] fui algumas vezes falar com o Vitorino, presidente do STR na época, e ele se preocupava muito com a legalização, que isso era ilegal, assim, a gente foi visitar outras experiências. Fizemos reunião com a Paróquia Ascensão do Senhor, com a Cooperluz que é a empresa de eletrificação rural e eles ofereceram um carro para gente conhecer, fomos para Rodeio Bonito e combinamos lá de fazer um curso (Clair, 20/05/2015).

Desde seu início, o programa contou com a participação mais ativa de algumas mulheres, que foram conhecer diferentes experiências e que também realizaram cursos de formação, uma delas foi a Clair, que é atuante na farmacinha até os dias de hoje. Por mais que o conhecimento sobre as plantas medicinais seja algo presente na vida das mulheres rurais, já que são elas que cuidam do quintal e da horta, além de realizarem o cuidado da família, uma das preocupações, conforme o relato acima era com a "legalização desta forma de conhecimento", invocando novamente para um campo de batalha (conforme capítulo 2).

Conforme Vitorino, presidente do STR no ano de 1992-1994, qualquer ação tomada pelo sindicato gerava questionamento por parte dos médicos, devido à ação política que o sindicato desempenhava como estratégia para garantir a saúde dos agricultores, conforme pode ser identificado em sua fala:

Não existia o SUS, não funcionava, uma cirurgia para conseguir tinha que ir como presidente do sindicato e dizer “olha médico ou tu me faz a cirurgia pelo SUS ou nós te processamos”. Imagina o nosso sofrimento, o sindicato era a única oposição

que se tinha, então era todo o dia, toda internação e cirurgia era uma briga, isto era um desgaste muito grande. E também para evitar filas, porque os chás às vezes resolvem coisas que o médico não resolve (Entrevista Vitorino, 28/06/2015).

Através desse enfrentamento feito com os médicos, um dos receios da direção do sindicato era de existir um trabalho com plantas medicinais, sem o devido conhecimento e causar algum problema de saúde, *ai tu vai ao médico, não resolveu o problema com o chá, e ainda o médico te prescreve que o chá te fez mal, daí tu me lasca* (Vitorino, 28/06/2015). A partir desse cenário conflituoso, as mulheres foram conhecer principalmente as experiências nos municípios de Rodeio Bonito, Ronda Alta e Ajuricaba, todos no RS, considerados na época, como referência no trabalho com plantas medicinais e saúde alternativa, desenvolvidos também, por outros grupos de mulheres. Com base nas experiências visitadas, as mulheres de Santo Cristo decidem ampliar seus conhecimentos, buscando cursos profissionalizantes sobre fitoterapia, homeopatia dentre outros.

Cabe destacar que nesse período Vitorino foi convidado pelo prefeito Rubem Wiest (gestão 1996-2000), a ocupar o cargo de secretário municipal de saúde, devido sua ação em defesa do SUS, e também pela criação do Programa Saúde Alternativa que ocorreu em sua gestão como presidente do STR. Sendo possível identificar os vários desdobramentos que ocorreram no local, devido à ação política do sindicato, onde pela primeira vez no município um agricultor assume a secretaria de saúde.

A interface de conhecimentos (LONG; LONG, 1992) parece, aqui, ser um dos processos mais significativos para o desenvolvimento de mudanças ou, talvez, de hibridizações e interpenetrações de diferentes experiências das mulheres 'locais' e dos outros grupos. O interessante é que o conhecimento dos outros aparece de certa forma como aquele que é 'certificado', embora não fique claro se havia de fato algum tipo de 'oficialização' para além da legitimidade construída pela própria prática. O mais relevante a destacar é que estas trocas fizeram emergir uma complexa interação, que acaba por gerar novos corpos de conhecimento revelando processos de aprendizagem coletiva.

Mesmo antes de realizarem os cursos com a intenção de constituírem o Programa, alguns trabalhos com plantas medicinais já vinham sendo realizados no âmbito do município, como o realizado pela Pastoral da Saúde, através da Paróquia Ascensão do Senhor, que foi um dos apoiadores na construção da experiência. Já o apoio da Cooperluz, veio por intermédio de alguns conselheiros da própria cooperativa, que também faziam parte do STR, como associados. Através da fala da Genoveva, que foi integrante do movimento de

mulheres e que atualmente é presidente do STR, podemos perceber melhor a construção desses apoios:

A Pastoral da Saúde existiu através da paróquia, dando assistência à saúde, incentivando o trabalho com as ervas, e nós sentimos essa necessidade de sentar junto enquanto movimento de mulheres. Então, levamos essa proposta para a diretoria do sindicato dar o encaminhamento para nós irmos adiante, porque não tínhamos dinheiro. Então, a gente sempre teve esse apoio do próprio sindicato. Primeiramente, a gente construiu um horto medicinal na paróquia. Teve muito apoio da paróquia, fomos conversar e formamos um grupo. Já a Cooperluz, inclusive cedeu o carro para fazermos as visitas em outras experiências e cursos. Fomos visitar Ajuricaba que já tinha um trabalho muito amplo nessa área, então, com o apoio da Cooperluz, do sindicato e da paróquia, o grupo de mulheres começou a despertar o interesse e vimos que lá já tinha algo parecido do que nós almejávamos aqui. O sindicato cedeu uma salinha para nós começar a fazer esse trabalho. Então, acho que isso foi praticamente o início (Genoveva, 09/04/2015).

O fornecimento de veículo para o transporte das mulheres até municípios onde existiam trabalhos com plantas medicinais, a cedência de uma sala no sindicato para o início da farmacinha, ou até mesmo a construção de um horto medicinal com a ajuda da paróquia, foram apoios fundamentais para o início do Programa. Vai ficando claro que a iniciativa das mulheres foi angariando apoio e abrindo-se para participação de várias organizações, tornando a elaboração das diretrizes do trabalho coletiva, até mesmo a discussão sobre o nome que atribuiriam à iniciativa foi um processo envolvente e coletivo. O comentário do Padre Danilo²⁹, da Paróquia Ascensão do Senhor na época da construção do Programa e que participou ativamente desse processo, ilustra o encadeamento destes apoios:

Então o sindicato, igreja, mais outras pessoas, pensaram em desenvolver um sistema alternativo de saúde, baseado nas plantas medicinais e na alimentação, dado muito importante, porque as doenças, em grande parte, entram pela nossa boca. Então, a questão do cuidado alimentar juntamente com os exercícios físicos, aí entra a questão das massagens e tudo mais. A ideia era criar um sistema que cuidasse destes elementos, claro a partir também do elemento religioso que influi muito na questão da doença e da cura, como, aliás, toda a questão psicológica, você trabalhar com um doente depressivo, ou com um doente com uma carga negativa muito grande é bem diferente do que você trabalhar com uma pessoa que tem fé, perspectiva de vida. Tudo que pode ajudar na questão da saúde, tanto componente psicológico e o elemento religioso deve ser trabalhado, por isso também, o juntar das diversas entidades que trabalham o ser humano na sua totalidade. Essa ideia de que o ser humano precisa ser trabalhado na sua totalidade,

²⁹ O Padre Danilo é natural de São Paulo das Missões/RS, filho de pequenos agricultores, trabalhou como pároco em Santo Cristo no início do Programa Saúde Alternativa. Atualmente trabalha no Santuário Caaró, no município de Caibaté/RS, local que recebe inúmeras romarias em homenagem aos santos missionários Roque González, Afonso Rodrigues e João de Castilhos. Para saber mais consultar o sitio WEB: <http://www.portaldasmissoes.com.br>.

não pode ser trabalhado só um campo deixando o resto descoberto, aí quando nós fizemos isso dá problema, dá desequilíbrio. Por isso, do elemento religioso na própria questão da saúde (Padre Danilo, 29/06/2015).

Assim, as plantas medicinais, a alimentação e a religião/fé são os elementos que se inter-relacionam para compor as diretrizes do trabalho do Programa Saúde Alternativa. Na entrada da sala onde a farmacinha funciona, logo no corredor de acesso, existe uma pintura na parede, na qual se lê, “Saúde pela Alimentação e Plantas Medicinais” (Figura 10) e, ao entrar, ali está à imagem de Jesus Cristo (Figura 11) na parede, um dos simbolismos católicos mais tradicionais.

Figura 10 - Vista externa do Programa Saúde Alternativa, Santo Cristo, abril, 2015



Fonte: Fotografias da autora (2016).

Figura 11 - Quadro de Jesus Cristo representando o elemento religioso, Santo Cristo, junho, 2015



Fonte: Rosi Kelly Marmitt (2016).

A trajetória da farmacinha é marcada pela luta das mulheres organizadas através do MMTR de Santo Cristo, para garantir o acesso a saúde tanto para suas famílias e comunidade. Com o passar dos anos a farmacinha acabou tornar-se não mais um espaço coletivo, mas autônomo de três mulheres, conforme será detalhado posteriormente. A diversidade de estratégias que elas mencionam é também interessante. Uma passagem relatada é sobre uma *rifa*³⁰ por elas organizada, juntamente com as entidades parceiras que doaram os 'prêmios', com a finalidade de comprar os materiais necessários para elaboração dos remédios como as louças, álcool de cereais, *etc.* Algumas plantas já estavam disponibilizadas no horto construído com apoio da paróquia e o restante as próprias mulheres colhiam em suas casas. Em outras palavras, nada mais faltava para a operação da farmacinha, o apoio político do sindicato estava consolidado, o suporte simbólico/religioso dava certa tranquilidade, o conhecimento que elas já tinham fora incrementado (ou confrontado) pelos cursos, capacitações e visitas que realizaram, e as condições materiais objetivas foram conseguidas.

No início, o atendimento ao público era realizado de duas a três vezes na semana, por voluntárias do movimento, sendo os sócios do STR os principais beneficiados. Mas, com o passar dos anos a farmacinha ampliou o atendimento, passando a atender todos os dias, devido à grande procura, principalmente, de pessoas de outros municípios. Estes são sinais de que o local tornou-se referência no tratamento da saúde pelo uso das plantas medicinais, mas também pela introdução de várias outras práticas 'alternativas'.

Devido ao atendimento diário, algumas mulheres se disponibilizaram para trabalhar na farmacinha, o que acarretou numa dedicação quase que exclusiva por parte dessas. Uma forma encontrada para viabilizar esse trabalho foi à cobrança dos atendimentos e remédios naturais, proporcionando também uma geração de renda para as mulheres. Por serem agricultoras, a saída dos trabalhos produtivos e do lar, necessitava ser justificado diante da família, pois a farmacinha passou de um trabalho voluntário e esporádico para um trabalho diário e remunerado. A ajuda inicial concedida pelos apoiadores, com o passar dos anos não se fez mais necessária, pois as mulheres encontraram a estratégia necessária para garantir a viabilidade da farmacinha.

³⁰ Uma rifa tem a finalidade de arrecadar fundos para alguma causa, a partir da venda de cotas/números, com o objetivo de realizar um sorteio e posterior premiação dos ganhadores.

4.2 ALTERNATIVA PARA QUEM QUER VIVER DE UMA FORMA DIFERENTE, MAIS NATURAL

O ambiente da farmacinha transmite tranquilidade, um chimarrão e um abraço sempre são oferecidos na recepção, talvez seja por isso que reiteradas vezes se ouve dos visitantes *“passei aqui só pra tomar um mate e jogar conversa fora”*. A farmacinha está localizada no centro da cidade, como mencionado anteriormente, fica no prédio do STR, próximo da Igreja Católica, hospital municipal, e dos demais estabelecimentos comerciais. Muitos dos visitantes vêm até a cidade realizar algum pagamento ou retirar o salário/aposentadoria e aproveitam para passar na farmacinha para tomar um mate e pegar algum remédio. Também, muitos aparecem por lá para realizar o pagamento dos remédios ou das massagens que já haviam realizado, tudo está anotado em um caderninho de cobrança. Segundo a Marlene, umas das mulheres que realiza o atendimento na farmacinha, o dia do pagamento do leite é o dia em que a maioria salda as dívidas no Saúde Alternativa, demonstrando a confiança entre os usuários e as mulheres. Marlene ainda diz: *“paga quando pode[...] aqui, a gente conhece todo mundo”*.

Já os visitantes e usuários de fora do município têm outro perfil. Pode ser um exemplo, um casal que há 10 anos frequenta a farmacinha, o Francisco e a Lucia, eles explicaram que em todos esses anos nunca precisaram recorrer ao atendimento médico, eles costumam ir à farmacinha sempre que seu estado físico demonstra alguma alteração. Buscam, em geral, realizar o teste bioenergético para ter um ‘diagnóstico’. Ambos residem em um município próximo de Santo Cristo, e não trabalham na agricultura, como grande parcela do público que frequenta a farmacinha atualmente.

O teste bioenergético³¹ é realizado por duas pessoas que fazem um elo com as mãos usando o polegar e o dedo indicador, que funciona como um ímã eletromagnético que recebe os estímulos. Uma das pessoas que é conhecida como o intermediário, segura na outra mão um arame que conduzirá uma corrente quando tocar os pontos dos órgãos do paciente. Quando o arame toca um órgão sadio, a sua mão não reage, não abrindo os dedos do intermediário, mas quando toca num órgão doente, que emite menos energia, o elo dos dedos é aberto demonstrando o problema na saúde.

³¹ A autora, com a intenção de conhecer o processo, se submeteu ao teste, que foi pormenorizado em explicações para uma melhor compreensão. Fundamentalmente, são indicados os órgãos 'doentes', sendo o tratamento iniciado com os remédios disponibilizados na própria farmacinha.

O sitio WEB da Associação Brasileira de Saúde Popular³² aponta que a filosofia do teste bioenergético é o elo que cada ser humano tem com seu interior (uma corrente energética) que o mantém em vida, e essa energia possibilita andar, pensar, trabalhar, viver, enfim, a “bio-energia” é a energia da vida. E essa energia é renovada através da alimentação, da respiração, de exercícios físicos, do contato com a natureza. Como o teste indica o órgão doente, o mesmo deve ser tratado, e para cada órgão existe uma determinada planta medicinal que ajuda no processo de recuperação e cura.

Na farmacinha, são praticadas várias terapias complementares, conforme o Quadro 2, utilizadas visando a prevenção, tratamento e cura da saúde dos indivíduos. Conforme Trovo et al. (2003), são técnicas³³ que consideram o conjunto mente, corpo e espírito, e que possuem objetivos diferentes da medicina ocidental, em que a cura da doença deve ocorrer através da intervenção direta no órgão ou parte doente.

³² <http://www.biosaudebrasil.org/v1/metodo.php>.

³³ Na enfermagem essas técnicas são conhecidas como terapias alternativas complementares – TAC (TROVO et al., 2003).

Quadro 2 - Terapias complementares desenvolvidas no Programa Saúde Alternativa

| TERAPIA | FUNÇÃO |
|-----------------|---|
| REIKI | Método de cura natural pelas mãos. A palavra Reiki significa energia vital universal. Promove o equilíbrio energético, bem estar e melhora da qualidade de vida. |
| QUIROPRAXIA | A Quiropraxia realiza diagnósticos, tratamentos e prevenções das desordens do sistema neuro-músculo-esquelético e das desordens na saúde em geral. Utilizando técnicas manuais. |
| AURICULOTERAPIA | Técnica terapêutica chinesa, no qual realiza o tratamento através dos pontos da orelha, pois acredita-se que cada ponto estratégico corresponde aos órgãos do corpo humano. Quando as áreas são estimuladas, o cérebro recebe um impulso e reage, gerando um fenômeno físico que promove o equilíbrio do corpo. |
| ACUPUNTURA | Técnica terapêutica chinesa que trata as desordens energéticas. Após uma avaliação e diagnóstico energético são aplicadas agulhas em alguns pontos específicos do corpo, assim remove-se as obstruções do canal de energia promovendo o reequilíbrio energético. |
| PRANATERAPIA | Terapia que utiliza a energia do corpo através da sensibilização das mãos para avaliar o campo energético do indivíduo. Quando detectado alguma anomalia, retira-se a energia que está causando o dano e em seguida é realizado o processo de energização para acelerar as reações bioquímicas de recuperação ou equilíbrio natural do corpo. |

Fonte: adaptado de: Amavidaama (2015), Quiropraxia (2015), Acupuntura e pontos final (2015), Pranaterapia (2015). Acesso em: 03 jun. 2015.

Todas essas terapias foram sendo apreendidas após a realização de cursos específicos, a maioria teve que ser pago, nos primeiros tempos se deu com ajuda dos apoiadores, posteriormente, foram viabilizados pelo retorno financeiro do atendimento ao público. A ideia, nesse momento, não é aprofundar a reflexão sobre as diversas terapias, esse não é foco aqui empreendido, todavia, se deve chamar a atenção sobre o fato de que as mulheres conhecem esses tratamentos, algumas se especializaram no uso destas terapias; e mais do que isto, é justamente por meio de tal conhecimento e aquisição de habilidades ‘oficializadas’ que a farmacinha angaria sua antes questionada ‘legalização’ do conhecimento.

Cabe ressaltar que as terapias desenvolvidas na farmacinha são reconhecidas pela união através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, que busca implementar a medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia e termalismo/crenoterapia (utilização de águas minerais) no Sistema Único de

Saúde (SUS). A política, especialmente para os movimentos populares é considerada um avanço devido ao longo processo de demanda para sua construção.

Segundo Figueredo et al. (2014) que realizaram análise da construção da política identificando as facilidades, dificuldades envolvidas no processo, bem como, os desafios e as perspectivas constataram que embora o governo federal tenha desenvolvido várias iniciativas, a implementação fez pouco progresso devido as dificuldades para sua utilização no SUS, o pouco conhecimento dos profissionais de saúde sobre fitoterapia, o entendimento deturpado sobre a eficácia e segurança destes tratamentos por parte dos usuários e profissionais, a dificuldade de acesso a plantas medicinais e fitoterápicos, além dos serviços de estruturação que favorecem os medicamentos sintéticos. Para os autores mesmo com as dificuldades e os desafios a política é importante para oferecer outra forma de tratamento e pelo fato das plantas serem acessíveis a população.

Desta forma, a política que dispõem sobre as práticas integrativas e complementares deve ser analisada sob a perspectiva do “real”, à luz dos autores Figueredo et al. (2014), e do “ideal”, onde experiências como da farmacinha Saúde Alternativa pudessem participar da política como fornecedoras de plantas medicinais e demais terapias. Tal reivindicação ocorreu no passado, antes mesmo da existência da política, quando o então presidente do STR Vitorino assume a secretaria municipal de saúde em Santo Cristo. As mulheres da farmacinha solicitaram a inclusão de seus *chás e fitoterápicos* nos postos de saúde. Mas, mesmo estando ao lado das mulheres na construção do programa e em defesa da saúde alternativa, Vitorino quando ocupou o cargo público não conseguiu atender tal reivindicação, devido à falta de legislação que amparasse a ação e a resistência por parte dos médicos.

Entretanto, mesmo não conseguindo a inserção desejada no espaço público as mulheres decidem realizar cursos sobre as terapias complementares, pois no espaço da farmacinha a procura por atendimento só aumentava com o passar dos anos. Em um dos corredores da farmacinha estão expostos todos os certificados dos cursos realizados, eles cobrem toda a extensão da parede (Figura 12), e ali também estão os vários certificados de participação das mulheres no Fórum pela Vida.

Figura 12 - Vista da parede com os certificados dos cursos, Santo Cristo, maio, 2015.



Fonte: Fotografias da autora (2016).

Os cursos realizados são sinônimos de orgulho para as mulheres, pois é resultado dos processos de aprendizagem e amadurecimento da própria farmacinha. A evolução e consolidação da farmacinha trouxeram autonomia tanto na gestão do espaço, como financeira. No início, o STR não cobrava pela cedência da sala, o programa era considerado um projeto coletivo. Mas, em seguida, as mulheres começaram a pagar aluguel, isto coincide com a ‘profissionalização’ do espaço, considerando que iniciaram atendimento ao público para além do pessoal ligado ao sindicato e mesmo para fora do município. Para as mulheres o dinheiro arrecadado com o atendimento das pessoas sempre foi entendido como uma colaboração por parte dos ‘atendidos’ e justificado pela necessidade de pagar os cursos e o aluguel, além de uma remuneração diária para as mulheres pelo trabalho realizado. Na medida em que aumentou o número de atendimentos consequentemente a geração de renda das mulheres também aumentou.

Neste ponto, entra outro aspecto relacionado à farmacinha, a geração de renda para as mulheres. Trabalhar na farmacinha acabou se transformando para muitas uma forma de complementar a renda da família e justificar sua ausência do trabalho em casa e das atividades agrícolas desenvolvidas pela família. No entanto, para Clair os cursos e a profissionalização vão além do lado financeiro, neste sentido, seu comentário é emblemático:

Então, a gente foi fazendo a cada ano, na medida em que ia surgindo os cursos, às vezes, a gente ia duas ou três vezes por mês, era uma caminhada constante,

quase nunca estávamos em casa, mas valeu porque eram cursos realmente interessantes e os profissionais eram pessoas humanas que queriam realmente transmitir a formação humana junto, nunca é só uma questão profissionalizante que só leva em consideração o lado financeiro, e sim ver a pessoa como um todo. Todas estas coisas que passamos na pele, a gente percebeu que são coisas essenciais para a cura acontecer, no começo eu não tinha nenhuma formação e aí a gente foi se lapidando, percebendo o quanto a gente tem que ter humildade para aceitar. E, a partir de si, poder se tratar e depois ajudar os outros (Clair, 20/05/2015).

A partir da fala da Clair e do convívio continuado na farmacinha é perceptível que as pessoas que a frequentam estão buscando outras formas de cuidar da saúde, ou seja, não apenas o consumo de medicamentos, mas a busca por uma alimentação saudável, do cuidado com o corpo e da mente, da dimensão espiritual para que todo o organismo se cure. Para Clair a “alternativa” é para quem quer viver de uma forma diferente, mais natural, entendendo os sinais que o organismo emite para depois buscar o tratamento natural. “*Não adianta apenas consumir o remédio, tem que cuidar os outros elementos, corpo e alma também*”, explicou Marlene.

Na sala de entrada, encontram-se expostos alguns *remédios naturais* que não são elaborados na farmacinha, eles são fabricados por indústrias registradas na Anvisa, sendo que esses não teriam condições de serem fabricados no ambiente da farmacinha, devido a falta de matéria-prima, materiais adequados e ambiente apropriado. São comercializados, conforme a necessidade do indivíduo, após a realização do teste bioenergético. Mas, a maioria dos chás, tinturas e florais são preparados na farmacinha e são encontrados na sala dos fundos, organizados em prateleiras e na geladeira.

Figura 13 - Remédios naturais da farmacinha, Santo Cristo, junho, 2015



Fonte: Fotografias da autora (2016).

Como mencionado anteriormente, algumas plantas utilizadas na farmacinha são cultivadas nas propriedades das mulheres, outra são coletadas *no mato*, sendo retiradas da natureza na época certa, segundo elas, “*quando estão no auge de sua vitalidade*”. Clair cultiva várias espécies e também mantém em sua propriedade uma sala onde realiza o processo de corte, de secagem, e de armazenamento dos *chás*. O secador foi projetado por seu marido, que criativamente utilizou uma geladeira em desuso para implantar um sistema de ventilação forçada que faz com que o material vegetal seque mais rápido. Ela também explicou que realiza o processo de secagem de algumas plantas de *forma natural*, ao sol, já o corte das folhas é realizado em uma mesa de inox com ajuda de cortador afiado, e o

armazenamento das partes das plantas já secas é realizado em baldes estocados em prateleiras de madeira. Assim, ela garante que a “colheita é realizada na época certa” de cada planta medicinal. O material estocado é usado posteriormente para elaboração dos xaropes e tinturas ao longo do ano, mas também é consumidos *in natura* quando são preparados os chás.

Figura 14: Processo de colheita, corte, secagem e armazenamento de plantas medicinais. Santo Cristo, junho, 2015



Fonte: Fotografias da autora (2016).

As mulheres explicam que alguns xaropes são elaborados no inverno, utilizando as plantas que combatem doenças causadas nessa estação, como as respiratórias, por exemplo. Já, as tinturas são preparadas no auge de vigor das plantas medicinais com a intenção de extrair seus princípios ativos. Durante o processo de elaboração, a “tintura mãe” fica em repouso, depois o líquido é coado, tendo um prazo determinado de validade fixado no recipiente para auxiliar o controle de qualidade. Tanto os xaropes como as tinturas são elaborados na farmacinha, em uma sala equipada para isto e separada dos atendimentos. A elaboração dos florais é um processo diferenciado, de acordo com Clair “*isso é totalmente diferente, compramos a essência que já vem pronta e preparamos na hora, de acordo com a*

necessidade da pessoa”. Mais ou menos o mesmo procedimento é adotado para o uso da homeopatia.

Cabe esclarecer que os sistemas de uso de “Florais” são vários, a farmacinha adota os florais de Bach, que leva o nome do seu descobridor Dr. Edward Bach, constituído de 38 essências de base de plantas e flores que tratam diversas causas (LUZ, 2014). Já, na homeopatia, segundo Lacerda e Valla (2003), os conceitos de saúde, doença e cura são diferentes da medicina convencional, pois compreendem as enfermidades como alterações na saúde do corpo e da mente que desencadeiam o desequilíbrio vital, assim define saúde como equilíbrio da energia vital, trabalhando com uma concepção positiva de saúde.

Assim como para as terapias complementares mencionadas anteriormente, não é o caso de aprofundar esses temas no âmbito desta dissertação, considerando que por si todas essas opções terapêuticas guardam complexidades e especificidades que fogem ao escopo da discussão pretendida (e mesmo da área de conhecimento que circunscreve esse trabalho). No entanto, o relevante, aqui, é dar a dimensão das inter-relações entre conhecimentos e práticas que foram se dando ao longo da organização e funcionamento da Saúde Alternativa. Os conhecimentos que perpassam a farmacinha vêm da experiência de cada mulher, que através dos cursos realizados e do saber popular acabam por gerar um conhecimento, híbrido, que lembra a proposta de Little (2002) ao argumentar que é da reconciliação dos corpos de conhecimento locais, e das ciências ocidentais que resultaria em uma ciência e conhecimento híbrido, sem sobreposições, porém, altamente relacionado ao “lugar”, como mencionado abaixo:

O conteúdo de qualquer conhecimento dependeria parcialmente do lugar em que seria aplicado, porque teria de se adaptar às exigências desse lugar e às necessidades das pessoas que utilizarão os ditos conhecimentos, ou seja, não é mais possível falar sobre ciências e sua aplicação sem falar simultaneamente sobre os lugares onde essa aplicação acontecerá e o grupo específico que a realizará (LITTLE, 2002, p. 45).

Vistas de outra maneira, as ‘mesclas’ de elementos observados na farmacinha imbricam agência, organização social, saberes, conhecimentos, práticas cotidianas e recursos materialmente distinguíveis, o que pode ser entendido como expressões “mutantes da modernidade” nos termos de Arce e Long (2000); considerando que parecem estar compondo:

Formas, cujo resultado nunca é completamente controlável e podem ser incentivados, em certas circunstâncias, por intervenções externas, embora os

arranjos internos sejam precedentes às externalidades, porque são estes que conferem sua densidade, qualidades, formato organizacional, capacidades e significados (ARCE; LONG, 2000, p.16).

É importante ressaltar que o Programa Saúde Alternativa organizou-se a partir do movimento de mulheres evidenciando as problemáticas relacionadas à saúde e do debate sobre plantas medicinais. Conforme constatado por Charão-Marques et al. (2015), a ação social dos grupos de mulheres que trabalham com plantas medicinais, como os coletivos de mulheres do Movimento dos Sem Terra - MST para o RS; do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA; e Coordenação Regional Litoral Norte do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC estão impregnadas pelas questões feministas, onde a noção de gênero está enraizadas por diferentes aspectos da vida social, como a mobilização política, por exemplo. Deste modo, a seção seguinte busca problematizar a ação social do movimento de mulheres e a construção da política do lugar.

4.3 SE AS MULHERES NÃO PUXAM ESSE DEBATE OS HOMENS NÃO VÃO PUXAR

A farmacinha Saúde Alternativa surgiu através da ação social mobilizada pelo movimento de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, desde seu início, foram diversas mulheres que contribuíram no processo de construção desse espaço, e do diálogo sobre temas relacionados ao universo das mulheres. Com a intenção de abordar, de forma breve, o movimento de mulheres e os desdobramentos do caráter politizante das práticas sociais inicia-se essa seção.

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) foi fundado, no Rio Grande do Sul, em 1989, no qual, tinha como principal objetivo a emancipação das mulheres rurais, através do estabelecimento da igualdade social e política. Nesse processo, dois atores desempenharam importante papel, as feministas na articulação política das demandas das mulheres, e, a Igreja Católica, através da Teologia da Libertação, que organizou “o povo”, num período de abertura política (SCHAAF, 2003). Nesse mesmo período, o movimento de mulheres em Santo Cristo começa a ser formado, numa conjuntura de luta política contra os efeitos causados pela modernização na agricultura. As pautas das mulheres eram tratadas, por hora, com certo cuidado, conforme pode ser verificado no seguinte trecho:

Temiam enfraquecer o então Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS) que se originava, se decidissem optar pelo feminismo de maneira aberta. Poderiam, nesse caso, perder o apoio de setores importantes da Igreja progressista que as apoiava na luta para conquistar direitos enquanto mulheres da roça. Logo a bandeira de defesa do direito ao prazer/sexualidade entrava junto à pauta da saúde como estratégia, pois elas precisavam manter a imagem de “boa mulher” para terem respaldo enquanto lideranças frente aos demais movimentos populares, sindicais e instituições com os quais faziam alianças (CONTE, 2015, p. 260).

Os assuntos relativos às mulheres, identificados como pautas feministas, encontraram espaço para serem discutidos a partir do tema da saúde, identificado como um desdobramento do Programa Saúde Alternativa em Santo Cristo, possuindo um espaço social demarcado para ocorrer. Conforme Charão-Marques et al. (2015):

[...] cabe salientar que dentro dos movimentos sociais do campo as pautas associadas às mulheres, a exemplo das plantas medicinais, muitas vezes não alcançam grande visibilidade, normalmente não sendo assumidas nos discursos públicos desses movimentos. Esse fato demonstra conflitos de gênero ainda muito presentes nessas organizações. Sendo assim, a luta que envolve as plantas parece ter sido reservada aos espaços quase que exclusivamente femininos e, a partir disso, sendo significada como um espaço de resistência (CHARÃO-MARQUES et al., 2015, p. 160).

A conjuntura política enfrentada no início da construção do movimento de mulheres ocorreu quando a região noroeste enfrentava um intenso período de conflito identificado como a “década perdida”, no ano de 1980. Segundo Menasche (1996), diversas mobilizações foram realizadas, a primeira grande manifestação foi contra o confisco da soja, pois afetou o “bolso dos colonos”, já na década de 1970 foram às frustrações com a cultura do trigo e milho, devido à instabilidade do preço da oleaginosa e intempéries climáticas. Nos anos de 1980, foi pelo fim do imposto de exportação, diante da perspectiva da alta produtividade da soja, aliado ao alto preço, nessa mobilização em especial, chegou a envolver mais de 700 mil pessoas de cerca de 100 municípios do Rio Grande do Sul.

O movimento sindical de Santo Cristo esteve presente em inúmeras manifestações, conforme pode ser verificado no seguinte trecho:

Nos anos 1980 começou um forte movimento, me lembro que em 1988 foi o maior movimento da história de Santo Cristo, trancamos a rodovia de Santa Rosa, onde houve a nossa primeira grande vitória, foi derrubada a correção monetária, os agricultores estavam endividados até o final de suas vidas, a inflação “corria” e nossos produtores estavam muito parados e não reagiam de acordo com a inflação, e o conflito foi tão intenso que até a tropa de choque de Santa Maria/RS foi acionada (Vitorino, 28/06/2015).

As mobilizações eram realizadas tanto pelos homens como mulheres, o que acabou por formar inúmeras lideranças no movimento sindical local, mas a "pauta das mulheres", de certo modo, ficou em segundo plano, pois tais problemáticas ocasionadas pela modernização não afetam somente a vida das mulheres, mas de toda a família. E o cuidado da família, na sua forma íntegra, é responsabilidade das mulheres, o que acaba por colocar seus interesses num segundo plano. Como pode ser verificado no seguinte trecho: *"Cada dia a gente foi se mobilizando, já tinha 'meia' aposentadoria para os agricultores, 'meio' salário, a luta pela aposentadoria para as mulheres e salários integrais foi o movimento abraçado depois"* (Vitorino, 28/06/2015).

Percebe-se que quando o assunto é 'saúde da mulher' estão imbricadas discussões sobre prazer/sexualidade, gestação, violência e demais temas que envolvem a vida das mulheres, num sentido mais amplo. Conforme Inês (22/07/2015) *"se esses assuntos não são debatidos pelas mulheres, não vão ser debatidos, essa violência, a saúde, quem cuida da saúde, do lar, dos chás são as mulheres. Acho que com tudo né, a mulher sempre vai tomar frente, a vida em si mesmo é a mulher que protege"*. Segundo Schaaf (2003), principalmente as mulheres rurais estão ligadas a fatores do cuidado:

Em comparação com as mulheres urbanas, por exemplo, as mulheres da roça estão mais próximas da natureza, o que lhes atribui tanto o conhecimento de plantas e da alimentação como de poderes curativos. Em alguns lugares do interior, as mulheres fazem pequenas farmácias ecológicas, atuando como bruxas, num sentido positivo, como mulheres guardiãs da saúde da família e mulheres sábias, poderosas, curandeiras, mágicas e respeitadas na sua comunidade (SCHAAF, 2003, p. 434)

A criação tanto do movimento de mulheres como o desdobramento do Programa Saúde Alternativa, está ligado por situações conflitantes, como também do poder de decidir e pautar não só a saúde, mas através dela, discutir outros elementos intrínsecos da vida das mulheres, como sexualidade, violência, gestação dentre outros. Assim, analisar como as práticas locais se dá nos espaços rurais é identificar pontos sensíveis e motivadores para que tal ação ocorra, se o assunto "saúde", não fosse tão relevante na vida das mulheres, o programa nem teria sido criado. Mas, o apoio fundamental para sua criação, do STR, paróquia e cooperativa, foi dado baseado no cuidado da saúde de 'todos' da comunidade, e não por se tratar de uma problemática da vida das mulheres.

Cabe ressaltar que as práticas locais de mobilização constituem uma ‘política do lugar’ conforme Gibson-Graham (2004), por ser um ponto importante na criação de outras subjetividades potencialmente criadoras de múltiplas criatividades que fazem frente ao modelo de desenvolvimento econômico, identificado pelas ações do movimento sindical como um todo, e pelas estratégias adotadas pelas mulheres, na construção do espaço da farmacinha Saúde Alternativa. Demonstrando que o próprio desenvolvimento está imbricado com o ‘lugar’ e sendo construído pelas práticas e experiências locais, nesse sentido, se pode recuperar que toda ação é local (LATOURET, 2000). Enfim, a partir da abordagem centrada nos atores, pode-se identificar essas práticas sociais e como os indivíduos moldam seus mundos de vida em situação conflitantes expressando seu caráter politizante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, chego ao último capítulo da dissertação, ele acaba por representar muito mais a convergência de algumas reflexões do que um ponto de chegada na forma de conclusões.

Um primeiro aspecto a ressaltar se refere ao próprio processo de construção da pesquisa. Como o trabalho realizado fez parte do projeto “Mulheres e Biodiversidade” e, é importante lembrar que sua construção esteve associada a um processo coletivo de descobertas e debates, ainda que a responsabilidade por essa dissertação seja de sua autora, e o trabalho a campo tenha sido por ela realizado. A participação no grupo de pesquisa, como também na oitava e nona Reunião Técnica sobre Plantas Bioativas, permitiu conhecer, entender e participar da discussão de diversas práticas sociais, principalmente, aquelas focadas nas estratégias das mulheres quanto ao cuidado da saúde e da vida, no seu sentido mais amplo. Este processo acabou por dar mais sentido às idas a campo e às leituras e estudos. Assim, menciona-se estas singularidades do trabalho especialmente para registrar a importância da contextualização do próprio conhecimento possível de ser construído no âmbito acadêmico. Esse diálogo ‘para fora’ da universidade acabou sendo significativo para planejar a pesquisa, mas, sobretudo, para entender as dinâmicas e práticas na Região Noroeste.

Assim, o objetivo de identificar as dinâmicas dos atores sociais relacionadas à temática das plantas medicinais, no contexto da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, foi dando consequência ao próprio debate sobre o desenvolvimento. Em outras palavras, ao seguir as práticas sociais para analisar tal trajetória mais e mais as experiências e os mundos de vida dos atores foram evidenciando as formas heterogêneas no rural e, assim, as disputas dos atores, no cenário local, com paradigmas e padrões dominantes. Este aspecto fica evidente, quando os atores mobilizados através do Projeto Plantas Vivas buscam rever a lógica de dependência nos medicamentos industriais, amparados por políticas públicas claramente antagônicas aos interesses e conhecimentos populares. A partir disso, propõe-se a construção de políticas voltadas ao reconhecimento das práticas e saberes populares, como por exemplo, a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado do Rio Grande do Sul. Também fica evidente quando o Fórum pela Vida na Região Noroeste, apesar da desmobilização estadual, ano de 2006, continuou atuando e fortalecendo as experiências locais de trabalho com plantas medicinais, materializadas em

hortos medicinais, farmacinhas, na troca de mudas, promovendo o fomento à biodiversidade, auto-organização comunitária e valorização do conhecimento popular, numa região caracterizada pela predominância de monoculturas.

Ao seguir as práticas sociais na intenção de resgatar e analisar a trajetória do Fórum pela Vida e, identificar práticas enraizadas localmente de trabalho com plantas medicinais levou a “ouvir” os protagonistas destes processos e, assim, as tais práticas e subjetividades ajudaram a compor a análise. Cabe ressaltar que o Fórum pela Vida é consequência de um processo de mobilização estadual iniciado com o Projeto Plantas Vivas, ainda no final dos anos 1990. E, que a existência de trabalhos locais com plantas medicinais é anterior ao próprio processo de mobilização social, sendo identificado como um dos fatores que fortaleceu o Fórum regional, único que persistiu ao longo dos anos. Atualmente, o Fórum pela Vida na Região Noroeste se identifica como um evento de celebração do conhecimento, bem como do fortalecimento das experiências de trabalho com plantas medicinais.

Ao analisar a experiência da farmacinha Saúde Alternativa de Santo Cristo/RS, como prática enraizada de trabalho com plantas medicinais, construída a partir do movimento de mulheres, constatou-se que o espaço inicialmente tinha como plano de fundo a discussão de assuntos relacionados à vida das mulheres, como por exemplo, o cuidado da saúde, gestação, sexualidade e violência. Constatou-se também que devido à vontade de se ter no município de Santo Cristo, acesso há conhecimentos sobre florais, homeopatia, Reiki, dentre outras terapias, é que mobilizou algumas mulheres a realizarem cursos de capacitação e lutar por um espaço que disponibilizasse estes conhecimentos à população. Com o passar dos anos o espaço coletivo transformou-se em um local autônomo e de geração de renda para três mulheres.

As combinações, arranjos de práticas e conhecimentos relacionados à temática das plantas medicinais identificadas na pesquisa, levam a afirmar que o conhecimento ‘tradicional’, com o passar dos anos, foi agregando novos corpos de conhecimento transformando-se em um saber mutante. Para Arce e Long (2000), tanto a modernidade quanto o conhecimento são incentivados por intervenções externas, embora sejam os arranjos internos que conferem a densidade, qualidade e formato dos mesmos. Isto pode ser percebido quando as mulheres mobilizam no cotidiano da farmacinha, além dos conhecimentos tradicionais, os apreendidos fora do local, nos cursos sobre Reiki, Quiropraxia, Auriculoterapia, Acupuntura e Pranaterapia.

Um fato interessante a ser ressaltado é que a farmacinha localiza-se no prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e para o público que frequenta o local, maioria do meio urbano, a ação remete-se a uma ligação afetiva com o rural e práticas tradicionais de saúde, aquelas desenvolvidas pelos seus antepassados, mas que se adaptou e transformou-se. Sendo perceptível a partir dos relatos das pessoas que visitam o local, apenas para *tomar um mate e jogar conversa fora*, como também, do casal que há 10 anos frequenta o local para cuidar da saúde.

A luta política, desempenhada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, levou as mulheres a procurarem formas de ampliarem seus conhecimentos, pois na época da construção do Programa Saúde Alternativa a incorporação de novos saberes era identificada como forma de legitimar as práticas já desenvolvidas, como o consumo de *chás e tinturas*. Demonstrando o caminho singular que a farmacinha necessitou traçar para tornar-se viável do ponto de vista local, pois o conflito sempre esteve presente, seja pela atuação do sindicato ou do ponto de vista do conhecimento perito.

A luta política, analisada através da trajetória tanto do Fórum pela Vida e da farmacinha abordada como “radical” por Beck (1997; 1999), “do lugar” por Gibson-Graham (2004), e para complementar a “política da vida” na concepção de Giddens (1994), no sentido de incluir nas problemáticas cotidianas, dilemas ecológicos, questões como identidade pessoal e coletiva. Nesse sentido, a ação política em ambos os processos organizativos carregam preocupações quanto à manutenção da biodiversidade de plantas medicinais, uma vez que incentiva o resgate e cultivo das plantas; na valorização de conhecimentos e práticas tradicionais (papel desempenhado principalmente pelo Fórum pela Vida) e; no incentivo a busca por qualidade de vida e prevenção de doenças, podendo ser identificado nas várias palestras do Fórum e nos tratamentos alternativos disponibilizados na farmacinha.

A pesquisa e a vivência no local do Fórum pela Vida, bem como no cotidiano da farmacinha Saúde Alternativa possibilitaram repensar os processos de desenvolvimento e, a heterogeneidade que emana do ‘rural’. A ampliação da margem de manobra dos atores, de acordo com Arce e Long (1994), se dá na construção de pontes e gerenciamento de interfaces críticas entre os diversos mundos de vida. Identificada na mobilização das mulheres com o sindicato, paróquia e cooperativa para abertura da farmacinha, como das prefeituras e apoiadores locais para realização dos fóruns. Tais experiências são exemplos das manobras realizadas pelos atores a fim de garantirem seus mundos de vida.

REFERÊNCIAS

- ACUPUNTURA E PONTO FINAL. **Acupuntura e auriculoperapia**. [S.l.], 2015. Disponível em: <www.acupunturapontos.com.br/auriculoterapia-o-que-e.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.
- ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 99 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.
- AMAVIDAAMA. **Reiki**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://amavidaama.com.br/terapias/reiki/>>. Acesso em: 03 de junho de 2015.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).
- ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (eds.) **Anthropology, Development and Modernities**. Exploring discourses, counter-tendencies and violence. Routledge: London, 2000. p.1-31.
- ARCE, A.; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of rural development. In: SYMES, D.; JANSEN, A.J. (Ed.) **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p. 75-86.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUIROPRAXIA. **Quiropraxia**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.quiropraxia.org.br>>. Acesso em: 03 de junho de 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE POPULAR – ABRASP. **Teste Bioenergético**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.biosaudebrasil.org/v1/metodo.php>>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 01-51
- BECK, U. **The brave new world of work**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BECK, U. **World risk society**. Cambridge: Polity Press, 1999.
- BENETTI, M. D. Reestruturação das indústrias de suprimentos agrícolas no Brasil, nos anos 90: concentração e desnacionalização. **FEE**, Porto Alegre, v. 30, n.1, p. 137-166, jun. 2002.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de dezembro de 2006.** Cria a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm. Acesso em: 12 de junho de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília, DF, 2006b. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Comitê gestor brasileiro do Plamsur planeja ações para 2007.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/comit%C3%AA-gestor-brasileiro-do-plamsur-planeja-a%C3%A7%C3%B5es-para-2007>>. Acesso em: 23 de junho de 2015.

BRASIL. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2006c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html>. Acesso em: 02 de agosto de 2015.

BRUMER, A et al. A elaboração de projetos de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 125 – 146.

CALIXTO, J. B. Biodiversidade como fonte de medicamentos. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 3, jul./set. 2003.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 165-185.

CARVALHEIRO, E. M.; GARCEZ, D. Da perspectiva orientada ao ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais eletrônico...**Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/6/768.pdf>. Acesso em: 23 jun 2015.

CARVALHO, A. M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicológicas ou arbitrariedade cultural? **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.18, n.41, p. 431-444, 2008.

CAVALARI, R. V. **A gênese da Cruz Alta.** Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

CHARÃO - MARQUES, F. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos:** transições no regime sócio-técnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHARÃO - MARQUES, F. et al. As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. **Retratos de Assentamento**, Araraquara, São Paulo, v. 18, n1, p. 155-181, 2015.

CHARÃO-MARQUES, F. Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras en la Región Sur de Brasil. In: CONGRESO CIENTÍFICO DE SOCIEDAD ESPAÑOLA DE AGRICULTURA ECOLÓGICA, 8., CONGRESO IBEROAMERICANO DE AGROECOLOGÍA, 8., ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES DE AGROECOLOGÍA Y AFINES, 4. **Anais...** Bullas, España, 2008.

CHRISTENSEN, T. N. de S. **História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

CONTE, I. I. Sexualidade e saúde na percepção do movimento de mulheres camponesas. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, Paraíba, v. 8, n. 2, p. 254-262, maio/agosto. 2015.

CONY, J. **Projeto Plantas Vivas**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004. p.59.

CONY, J. **Projeto Plantas Vivas**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005. p.61.

CONY, J. **Projeto Plantas Vivas**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000. p.41.

CONY, J. **Projeto Plantas Vivas**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1999. p.175.

COSTA. A. M. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 127 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CZERMAINSKI, S. B. C. **A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: um estudo a partir da análise de políticas públicas**. 149 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ERICE, A. S. **Espaço de vida, espaço de luta. Um estudo etnográfico da Farmacinha Comunitária da Solidão, em Maquiné, RS**. 154 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ESCOBAR, A.; Globalización, Desarrollo y Modernidad. In: CORPORACIÓN REGIÓN. **Planeación, Participación y Desarrollo**. Medellín: Corporación Región, 2002. p. 9-32.

FERREIRA, L. da R. **As agroflorestas como expressões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da produção de novidades**. 149 f, Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FIGUEREDO, C. A.; GURGEL, I. D.; JUNIOR I, G. D. G. A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J.: Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 4, n. 2, p. 219-230, jul./out. 1997.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GEHLEN, Ivaldo. Centralidade do Trabalho e Exclusão Identitária no Meio Rural. *Sociedade em Debate*, Pelotas, Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 8, n. (3)4, p. 3-17, dez. 2002.

GERHARDT, T. E. Itinerários terapêuticos e suas múltiplas dimensões: desafios para a prática da integralidade e do cuidado como valor. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.) **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: CEPESC/UFRJ: ABRASCO, 2009.p. 279-300

GIBSON-GRAHAM, J. e K. Violence of development. Two political imaginaries. **Development**, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva: política, tradição estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.

GIDDENS, A. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Caderno CRH**, Salvador, n. 21, p. 9-28, jul./dez. 1994.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Ed. Letras. 2006.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

INSTITUTO PRANATERAPIA. **Pranateria**. 2015. Disponível em: <<http://www.pranaterapia.com/#!oquepranaterapia/cwt7>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ITAIPU BINACIONAL. **Iguaçuenses participam em Buenos Aires do III Mercosul**. [S.l.] 2007. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/iguacuenses-participam-em-buenos-aires-do-iii-mercosul>>. Acesso em: 22 agost. 2015.

LABERCQUE, M. F. L'anthropologie du développement au temps de la mondialisation. **Anthropologie et Sociétés**, Québec, v. 24, n. 1, p. 57-78, 2000.

LACERDA, A.; VALLA, V. Homeopatia e apoio social: repensando as práticas de integralidade na atenção e no cuidado à saúde. PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.) **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2003. p.169-196.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande - MS, v. 2, n. 3, p. 33-52, out.2002

LONG, N. **An Introduction to the sociology of rural development** London: Tavistock. 1977.

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. 3-4, p. 168-184, Dec. 1984.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. San Luis de Potosí/México: El Colegio de San Luís, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. IN: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.) **Os atores do desenvolvimento Rural**. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 2001. p. 21-48.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept structure. In: BOOTH, D. **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-89.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. New Challenges in the Sociology of Rural Development: a rejoinder to Peter Vandergeest. **Sociologia Ruralis**, v. 28, n. 1, p. 30-41, Apr. 1988.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London; New York: Routledge, 1992. p.16-43.

LUZ, M. T. **A arte da cura versus a ciência das doenças: história social no Brasil**. Coleção Clássicos da Saúde Coletiva. 2. ed. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2014.

MENASCHE, R. **Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança: o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul**. 161 f. 1996. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MENEZES, M; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.): **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011. p.49- 66 (Série Estudos Rurais).

MERTZ, M. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul - um sistema agrário “colonial”. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004

OLIVEIRA, D. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica**: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS. 230 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PLOEG, J. D. van der Styles of Farming: na introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from Within**. Assen: Van Gorcum, 1994. P. 7-30.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMÁN, E. (Ed). **Ecologia, Campesinado e Historia**. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 163-195.

PLOEG, J. D. van der. On rurality, rural development and rural sociology. In: HAAN, H. de; LONG, N. (Ed.) **Images and realities of rural life**: Wageningen perspectives on rural transformations. Assen: Royal van Gorcum, 1997.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

PORTAL DAS MISSÕES. **Santuário Caaró**. Santo Ângelo - RS, 2015. Disponível em:<<http://www.portaldasmissoes.com.br>>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO CRISTO. **História**. Santo Cristo, 2015. Disponível em: <<http://www.santocristo.rs.gov.br/>>. Acesso em: 24 de junho de 2015.

PREISS, P. V. **Construção do conhecimento agroecológico**: o processo das famílias produtoras de arroz no assentamento Filhos de Sepé, Viamão. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RAMBO, A. G. **Análise Escalar das Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento e as Contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho.** 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.858, de 05 de dezembro de 2006.** Institui a Planta Medicinal Símbolo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Porto Alegre, 2006a. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.858.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.560 de 13 de julho de 2006.** Cria Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos. Porto Alegre, 2006b. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.560.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Projeto Arranjos Produtivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, maio 2014. Disponível em: <<http://u.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/12/apresentacao-apl-rs-2012.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

SANTOS, M. 1992: a redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, 1992.

SARTRE, X. A.; BERDOULAY, V. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**, Belém -Pará, v. 8.n.2, p. 109-124, dez. 2005.

SCHAFF, A. van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 5, p. 412-442, n. 10, jul./dez. 2003.

SCHNEIDER, S.; MENEZES, M. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; GOMES DA SILVA, A.; BEZERRA, I. (Org). **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 13-26.

TOLEDO, V. et al. **La modernización rural de México: um análisis sociológico.** México, DF: SEMARNAT/INE/UNAM, 2002.

TROVO, M. M.; SILVA, M. J. P.; LEÃO, E, R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Revista Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto - SP, v. 11, n. 4, p. 483-489, jul./ago. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes.** Geneva: WHA, 1994.

ZARTH, P. A. Povoar o sertão: uma estratégia para a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: RIO GRANDE DO SUL, URUGUAY, CORRIENTES, SANTA FE, ENTRE RIOS, CORDOBA E MISIONES, 2000. **Anais...** Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

ZARTH, P. A. História, agricultura e tecnologia no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, A. I. (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar**: uma relação de educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 51-76.

**APÊNCIDE A - PESSOAS QUE COLABORARAM COM A PESQUISA DE CAMPO,
LOCAL E MÊS DAS ENTREVISTAS**

| | |
|--|-----------------------------------|
| Ancila Altmann, extensionista | Santo Cristo, março, 2015 |
| Clair Knebel, Saúde Alternativa | Santo Cristo, março a junho, 2015 |
| Danilo Hertz, Pastoral da Saúde | Caibaté, junho, 2015 |
| Dorli Zique, agricultora | Santa Rosa, abril, 2015 |
| Genoveva Hass, agricultora | Santo Cristo, maio, 2015 |
| Inês Meinertz, agricultora | Santo Cristo, maio, 2015 |
| Ivânia Polaczinski, extensionista | Santa Rosa, março, 2015 |
| Janaina Knebel, Saúde Alternativa | Santo Cristo, março a junho, 2015 |
| Jorge Lunardi, extensionista | Santa Rosa, março, 2015 |
| Lisete Maria Primaz, extensionista | Santa Rosa, março, 2015 |
| Maria Lourdes Lorenzo, agricultora | Santo Cristo, maio, 2015 |
| Marlene Lorscheiter, Saúde Alternativa | Santo Cristo, março a junho, 2015 |
| Neida Frolich, extensionista | Santa Rosa, março e abril, 2015 |
| Paulo Kreutz, Cooperluz | Santo Cristo, maio, 2015 |
| Rosane Silva, agricultora | Santa Rosa, abril e maio, 2015 |
| Vanessa Gnoatto, extensionista | Santa Rosa, março, 2015 |
| Vitorino Lorenzo, agricultor | Santo Cristo, maio, 2015 |

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO**

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica Dissertação de Mestrado – “**PLANTAS MEDICINAIS E A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM PELA VIDA NO NOROESTE GAÚCHO**” para o qual você está sendo convidado (a) a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar da Dissertação de Mestrado “**PLANTAS MEDICINAIS NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS E DA AÇÃO SOCIAL**” – *do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS*, que tem como objetivo “coletar informações que podem contribuir para elaboração do estudo”. A minha participação consiste na recepção da aluna “Tamara Raísa Bubanz Silva” para a realização de entrevista. Fui orientado (a) de que as informações obtidas serão utilizadas no projeto/pesquisa que resultará em uma **Dissertação de Mestrado** escrito pela aluna. Para isso () **AUTORIZO / () NÃO AUTORIZO.**

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização da Dissertação de Mestrado, estando de acordo

Assinatura: _____

_____, _____ de 2015.